



A EDUCAÇÃO DE SURDOS - SABERES E PRÁTICAS DE INCLUSÃO

Fone: (61) 3031-1900 – (61) 9.9992-0708
www.ibedf.com.br

BEM-VINDO AO IBE!

Você terá à sua disposição, um bloco didático (MÓDULO + CADERNO DE AVALIAÇÃO) estruturado para a sua autoaprendizagem que contém a totalidade da matéria que incidirá sobre a Avaliação Final. O estudo inclui o Apoio Tutorial a distância e/ou presencial, sempre que necessário.

COMO ESTUDAR?

- É importante a leitura atenciosa dos conteúdos, a fim de observar o modo como cada unidade está construída, o objetivo do estudo, os títulos e subtítulos, para se obter uma visão de conjunto e revisar conhecimentos já adquiridos.
- Leitura compreensiva rápida - permitirá uma primeira abordagem;
- Leitura reflexiva – para identificar as ideias principais;
- Consolidação da aprendizagem - caracterizada pela revisão da matéria; fase da resolução das atividades para facilitar a compreensão dos conteúdos.

▪ **AVALIAÇÃO FINAL:**

Constituída por uma Prova escrita e individual, cujas respostas devem revelar compreensão e assimilação dos conteúdos. A Prova deve ser feita somente com caneta preta ou azul. E entregue ao IBEDF.

▪ **CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO:**

7,0 a 7,9 – BOM; 8,0 a 8,9 – MUITO BOM; 9,0 a 9,9 – ÓTIMO-
10 - EXCELENTE

Para melhor aproveitamento é necessário:

- Ser auto motivado;
- Ser capaz de organizar o seu tempo de estudo;
- Ser responsável por seu próprio aprendizado;
- Estar consciente da necessidade de aprendizagem continuada.



SUMÁRIO

UNIDADE I.....	6
DEFICIÊNCIA AUDITIVA: COMO EVITAR E CUIDAR.....	6
Como as pessoas ouvem.....	6
CAUSAS DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	7
DOENÇAS ADQUIRIDAS PELA MÃE DURANTE A GESTAÇÃO.....	7
RUBÉOLA.....	7
SÍFILIS.....	7
TOXOPLASMOSE.....	8
FATOR RH (INCOMPATIBILIDADE SANGUÍNEA).....	8
DOENÇA DE INCLUSÃO CITOMEGÁLICA.....	9
HERPES.....	9
CUIDADOS NA GESTAÇÃO.....	10
USO DE MEDICAÇÃO, SEMPRE COM A ORIENTAÇÃO MÉDICA.....	10
EVITAR EXPOSIÇÃO A RAIOS X.....	11
NUTRIÇÃO MATERNA ADEQUADA.....	11
COMPLICAÇÕES NO PARTO.....	11
HIPÓXIA.....	11
CAUSAS DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA APÓS O NASCIMENTO.....	12
PREMATURIDADE.....	12
RUÍDOS NAS PRIMEIRAS SEMANAS DE VIDA.....	12
CAXUMBA.....	13
SARAMPO.....	13
MENINGITE.....	13
MEDICAMENTOS OTOTÓXICOS PARA CRIANÇAS.....	14
UNIDADE II.....	15
DETECÇÃO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	15
ORIENTAÇÕES FRENTE À DEFICIÊNCIA AUDITIVA DETECTADA.....	15
UNIDADE III.....	18
Educação de Surdos / Inclusão X Exclusão.....	18
Quantitativo de Surdos no Brasil – Dados sobre a exclusão escolar do Surdo.....	19
Surdez e Bilinguismo – Leitura de Mundo e Mundo da Leitura.....	20



A CRIANÇA DEFICIENTE AUDITIVA, A FAMÍLIA E A ESCOLA: COMO ESTÁ ESSA INTERAÇÃO?	21
Perante esse cenário tão real, que fazer com esses alunos?	28
UNIDADE IV	31
A CRIANÇA SURDA: CAMINHOS DA APRENDIZAGEM	31
A COMUNICAÇÃO COM A CRIANÇA SURDA	32
O Desenvolvimento da Linguagem	33
O PAPEL DO PROFESSOR	35
ATENDIMENTO ESCOLAR: UM PROCESSO INTEGRADOR	36
INTEGRAÇÃO À ESCOLA	37
O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	38
O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO	39
A EDUCAÇÃO ESPECIAL	41
UNIDADE V	44
ADOLESCÊNCIA: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL	44
A ORIENTAÇÃO SEXUAL	45
A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO	45
A OPÇÃO ESCOLAR	51
VIDA PESSOAL	52
O SURDO ADULTO: O PASSADO E O FUTURO	53
O Mercado de Trabalho	54
Integração Crescente	57
UM ENSINO AINDA DISTANTE DA INCLUSÃO	58
Conclusão desse estudo de Caso	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69



OBJETIVOS DO CURSO:

- Reunir conhecimentos e orientações fundamentais para a prevenção da deficiência auditiva.
- Apontar os caminhos a serem seguidos após o diagnóstico do problema e alternativas de reabilitação.
- Identificar os princípios norteadores da educação inclusiva.
- Entender que o professor não é o único mediador na relação da criança deficiente com o mundo.
- Apresentar informações sobre o que significa receber alunos com deficiência, reconhecendo a limitação imposta por esta, mas essencialmente trabalhar para a superação das dificuldades, afim de incluí-los na sociedade.
- Refletir sobre as possibilidades profissionais das pessoas com deficiência e seu direito de inserção ao mercado de trabalho.



UNIDADE I

DEFICIÊNCIA AUDITIVA: COMO EVITAR E CUIDAR

Como as pessoas ouvem

O ouvido humano possui três partes- ouvido externo, ouvido médio e ouvido interno, sendo que cada uma desempenha funções específicas:

- **Ouvido externo:** é composto pelo pavilhão auricular e pelo canal auditivo, que é a porta de entrada do som. Nesse canal, certas glândulas produzem cera, para proteger o ouvido.
- **Ouvido médio:** formado pela membrana timpânica e por três ossos minúsculos, que são chamados de martelo, bigorna e estribo, pois são parecidos com esses objetos. Em contato com a membrana timpânica e o ouvido interno, eles transmitem as vibrações que entram no ouvido externo e devem ser conduzidas até o ouvido interno.
- **Ouvido interno:** nele está a cóclea, em forma de caracol, que é a parte mais importante do ouvido: é responsável pela percepção auditiva. Os sons recebidos na cóclea são transformados em impulsos elétricos que caminham até o cérebro, onde são ‘entendidos’ pela pessoa.

Qualquer tipo de problema em uma das partes do ouvido pode prejudicar a audição, em maior ou menor grau. Há diferentes tipos de perda auditiva, conforme o local afetado (ouvido médio, interno, etc.).

A deficiência auditiva atinge uma parcela significativa das crianças brasileiras e pode ser prevenida com a transmissão de informações adequadas e objetivas.

Para a maioria das pessoas, as causas da deficiência auditiva em crianças são desconhecidas. Somente informação e orientação adequadas possibilitam sua prevenção. A orientação frente a deficiência auditiva detectada pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças que enfrentam esta problemática.



CAUSAS DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

Hereditariedade

A deficiência auditiva pode ser transmitida geneticamente de geração em geração, principalmente quando existem casos de surdez na família.

Prevenção

Aconselhamento com o médico, que definirá a necessidade, ou não, de exames complementares para o apontamento dos riscos de transmissão da deficiência.

DOENÇAS ADQUIRIDAS PELA MÃE DURANTE A GESTAÇÃO

RUBÉOLA

É a principal causa pré-natal de deficiência auditiva. Nas crianças com rubéola congênita (adquirida pela mãe durante a gestação), observa-se um comprometimento auditivo em mais de 50% dos casos. Além da deficiência auditiva, a criança pode ter também problemas cardíacos, visuais e neurológicos.

A doença começa com sintomas de febre e é acompanhada por coriza e conjuntivite. Depois, surgem pequenas manchas vermelhas por todo o corpo, que podem durar uma ou duas semanas.

Prevenção

- Vacinação em massa para imunização de todas as crianças.
- Vacinar as meninas antes da primeira menstruação.
- As mulheres adultas que não contraíram a doença devem ser vacinadas pelo menos três meses antes de engravidar.
- As gestantes não imunizadas devem evitar o contato com a doença.
- Após o nascimento do bebê, deve procurar a orientação médica para a vacinação.

SÍFILIS



É uma doença que se não for tratada pode causar várias consequências ao bebê. É contraída pela mãe através da passagem do micróbio da sífilis (*Treponema pallidum*) no momento da relação sexual.

Tem início com uma feridinha que não dói, não coça e não arde. Pode estar na mucosa de diferentes partes do corpo, conforme o local por onde entrou o micróbio. Esta ferida pode desaparecer com ou sem tratamento, que consiste em medicação imediata sob orientação médica, assim que detectada a doença.

Prevenção

- Em casos de dúvidas devem ser realizados exames laboratoriais específicos, para saber se existe a doença no corpo da mãe.

TOXOPLASMOSE

Animais domésticos como gato, coelho ou cachorro, podem provocar infecções. Existe um parasita nesses animais que provoca, não se sabe muito bem como, uma das infecções mais frequentes no ser humano que recebe o nome Toxoplasmose.

Alguns acreditam que pode ser transmitida pela ingestão de carne crua ou malcozida.

A mãe grávida contamina o feto através da placenta, provocando seríssimas complicações, principalmente nos três primeiros meses de gestação. O bebê pode nascer com deficiência auditiva, retardo mental e visão subnormal.

A doença é difícil de ser percebida, mas, em linhas gerais, pode ser confundida com uma gripe, sintomas de hepatite, infecções pulmonares, podendo até mesmo causar alterações cardíacas leves.

Prevenção

- Caso a infecção tenha sido contraída muito antes da gestação, o feto não correrá riscos.
- Exames laboratoriais permitem identificar a infecção se for recente.
- Caso o exame seja positivo, a infecção deverá ser tratada com orientação médica.



O sangue do bebê (Rh+), sendo diferente do sangue da mãe (Rh-), pode trazer problemas no futuro da saúde da criança. Essa incompatibilidade causa um aumento exagerado de bilirrubina no sangue da criança, que pode nascer com a pele amarela.

Problemas motores, auditivos, visuais e neurológicos podem acontecer.

A fototerapia (banho de luz ultravioleta) e a reposição do sangue da criança nos primeiros dias de vida são os principais tratamentos orientados pelo médico.

Prevenção

- Vacinação da mãe para incompatibilidade de fator Rh.

DOENÇA DE INCLUSÃO CITOMEGÁLICA

Acredita-se que esta virose seja transmitida através da saliva e da relação sexual. O vírus, conhecido como citomegalovírus, é o mais frequente causador de infecção congênita (adquirida pela mãe durante a gestação) na espécie humana.

A contaminação do bebê pode acontecer ainda na gravidez ou durante a sua passagem através do canal de parto.

Quando a doença chega é contraída nas fases iniciais da gestação, pode causar no feto desde uma infecção inaparente sem consequências, ou até: retardo mental, deficiência auditiva, comprometimento de visão e calcificações no cérebro que provocam crises convulsivas.

As crianças que não possuem essas graves complicações podem apresentar problemas que se manifestam mais tarde, como dificuldades escolares, discretos comprometimentos de audição, de visão e até mesmo um leve rebaixamento mental.

Prevenção

- Detecção da doença materna antes do nascimento da criança para que ela possa receber todos os cuidados necessários, o mais rápido possível.

HERPES

É uma das doenças sexualmente transmitidas mais comuns e pode causar feridas em



diferentes mucosas do corpo. Estas feridinhas são preenchidas por líquido claro, com bases inflamatórias discretamente elevadas.

A transmissão do vírus para o bebê acontece durante seu nascimento. O vírus da herpes pode causar sérias consequências à criança, inclusive levando-a à morte.

Prevenção

- Detecção da doença materna antes do nascimento da criança, para que todos os cuidados sejam providenciados o mais breve possível.

CUIDADOS NA GESTAÇÃO

USO DE MEDICAÇÃO, SEMPRE COM A ORIENTAÇÃO MÉDICA

Alguns medicamentos quando ingeridos pela gestante são responsáveis pela lesão do ouvido do bebê, provocando surdez.

Antibióticos, principalmente os da família dos aminoglicosídeos, são os mais perigosos, além de alguns tipos de diuréticos e anti-hipertensivos, que também podem provocar lesões.

As medicações mais perigosas contêm os seguintes princípios ativos (referidos na bula do remédio):

- Estreptomicina
- Gentamicina
- Canamicina
- Sisomicina
- Amicacina
- Tobramicina e outros

Além das medicações, algumas substâncias que podem estar presentes nas fórmulas de produtos de uso doméstico devem ser mencionadas. São elas: monóxido de carbono, mercúrios, tabaco, álcool, arsênio e chumbo.

Prevenção



- Evite ao máximo a utilização de qualquer remédio durante a gestação e, quando necessário, fazê-lo somente com rigorosa orientação médica.

EVITAR EXPOSIÇÃO A RAIOS X

A exposição a raios X durante a gravidez pode ser responsável pela deficiência auditiva, além de outras alterações no feto.

Prevenção

- Evitar ao máximo qualquer tipo de radiografia, inclusive as odontológicas.

NUTRIÇÃO MATERNA ADEQUADA

Uma nutrição materna muito deficiente, pode proporcionar malformações no organismo do bebê. As sequelas podem ser: retardo mental, deficiência auditiva e malformações da medula e do coração.

Prevenção

- Orientação de um profissional nutricionista indicado pelo médico, logo no início da gestação.
- Alimentação rica e variada com muitas frutas, verduras e proteínas (carnes).

COMPLICAÇÕES NO PARTO

HIPÓXIA

Hipóxia é a diminuição da oferta de oxigênio para o feto durante o momento do nascimento. Dependendo de sua duração e intensidade, pode causar lesões graves no cérebro, nos ouvidos e em outras partes do organismo.

A hipóxia pode acontecer nos seguintes casos:

1. Enrolamento do cordão umbilical no pescoço do bebê.



2. Parto traumático, demorado, de emergência e com o uso necessário de fórceps.
3. Feto expulso abruptamente da cavidade uterina

Prevenção

- Receber orientação médica nas semanas que antecedem o parto para que a gestante (principalmente aquela que espera o primeiro filho) saiba identificar os sinais e os sintomas indicativos da hora do nascimento, prevenindo, assim, o sofrimento do feto.

CAUSAS DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA APÓS O NASCIMENTO

Exames de audição podem ser feitos durante e após o acontecimento de qualquer um destes problemas, em vista de um diagnóstico de surdez o mais cedo possível e a consequente orientação dos profissionais adequados a cada caso.

PREMATURIDADE

Os bebês nascidos com o tempo de gestação encurtado e/ou baixo peso (menos de 2.500Kg), geralmente necessitam de tratamento intensivo. A perda auditiva pode ocorrer em razão do tratamento intensivo do bebê: ingestão de antibióticos e exposição contínua aos ruídos do berçário.

Prevenção

- Acompanhamento pré-natal adequado, tanto na gestação normal como na de risco pode ajudar a evitar nascimento de recém-natos prematuro. Mesmo que o bebê nasça antes do tempo, a equipe médica já estará preparada para tomar condutas imediatas.

RUÍDOS NAS PRIMEIRAS SEMANAS DE VIDA

Sons muito intensos ao redor do bebê, como, por exemplo, de Rádio, TV, eletrodomésticos e alguns brinquedos, podem trazer alterações em sua audição.



Prevenção

- Evitar colocar em funcionamento vários utensílios domésticos, ao mesmo tempo, perto do bebê.
- Evitar brinquedos barulhentos.

CAXUMBA

É uma doença provocada por um vírus que atinge, preferencialmente as glândulas salivares, principalmente as parótidas, de um ou de ambos os lados, com aumento de volume da região na frente e abaixo da(s) orelha(s).

Pode causar meningite, inflamação dos testículos, nos meninos, e do ovário, nas meninas, infecção do pâncreas e deficiência auditiva, sendo esta última a complicação mais frequente da caxumba.

Prevenção

- Vacinação

SARAMPO

É uma doença que começa com febre acompanhada de coriza e conjuntivite. É extremamente contagiosa e com maior incidência no inverno.

Caracteriza-se por manchas vermelhas por todo o corpo, febre alta e complicações respiratórias, como broncopneumonia. Pode também provocar deficiência auditiva e lesões no globo ocular.

Prevenção

- Vacinação

MENINGITE

É a principal causa pós-natal de deficiência auditiva. Trata-se de uma infecção das membranas que envolvem o cérebro, chamadas meninge.

A infecção provocada pela bactéria meningocócica é a mais grave.



Propaga-se, de preferência, na população infantil e determina a formação de pus, que se acumula em volta do cérebro e da medula, podendo levar à morte, se não for rapidamente tratada.

A criança apresenta dor de cabeça intensa, acentuada diminuição da atividade e do estado geral, além de vômitos em jato. Uma das sequelas mais frequentes da meningite é a deficiência auditiva em ambos os ouvidos.

Modernos tratamentos têm, frequentemente, salvo esses pacientes da morte.

Prevenção

- Evitar aglomeração em ambientes fechados em época de surto.
- Vacinação em época de surto.

MEDICAMENTOS OTOTÓXICOS PARA CRIANÇAS

Em determinadas crianças, alguns medicamentos podem ser responsáveis pela deficiência auditiva, porque intoxicam as estruturas internas do ouvido. Os medicamentos mais perigosos para a saúde auditiva são aqueles cujos princípios ativos já foram citados.

Prevenção

- Nunca utilizar qualquer medicação para as crianças sem a orientação médica.

EXERCÍCIOS SOBRE A UNIDADE

1. Faça uma releitura sobre: Como as pessoas ouvem?
2. A deficiência auditiva atinge uma parcela significativa das crianças brasileiras e pode ser prevenida com a transmissão de informações adequadas e objetivas.

Pergunta-se:

- Quais são as causas mais comuns da deficiência auditiva?
- Em que consiste a prevenção das doenças que causam a DA?
- Todas as causas da DA são conhecidas?

SIM () NÃO () Argumente a sua resposta.



DETECÇÃO DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

A avaliação, o diagnóstico e o atendimento da criança com perda auditiva devem ser realizados por uma equipe da qual fazem parte o médico otorrinolaringologista, o fonoaudiólogo, o pediatra e, em alguns casos, o psicólogo e o assistente social.

Devem passar por exames específicos para detecção da deficiência auditiva, todas aquelas crianças que estão dentro de quaisquer das situações de risco já citadas.

Atenção especial deve ser dada àquelas crianças que possuem o diagnóstico de deficiência física ou mental.

Os exames que poderão ser indicados são os seguintes:

- Audiometria de tronco cerebral (BERA)
- Otoemissões acústicas
- Audiometria
- Impedanciometria
- Exame do processamento auditivo
- Avaliação auditiva comportamental

ORIENTAÇÕES FRENTE À DEFICIÊNCIA AUDITIVA DETECTADA

Constatada a deficiência auditiva, a criança deve ter garantido acesso aos auxílios terapêutico e educacional com profissionais especializados. Acreditamos, também, que os pais devam procurar a comunidade de surdos de sua cidade. Dessa forma, terão a oportunidade de conhecer as lutas e conquistas da comunidade surda e de seus familiares, que têm muitas experiências para passar.

Uma das alternativas de tratamento frente à deficiência auditiva detectada é a indicação pelo médico do uso de prótese auditiva. A adaptação da criança ao seu uso e a continuidade do tratamento é um processo realizado pelo fonoaudiólogo, na clínica fonoaudiológica.

A atuação do fonoaudiólogo, acontece através de uma determinada linha terapêutica, escolhida dentre as várias existentes, em concordância com a família. Devem



ser fornecidas aos pais informações suficientes para que eles possam decidir, de forma consciente, o programa educacional pelo qual passará seu filho. É fundamental, neste momento, o aconselhamento e a orientação aos pais sobre a perda da audição e as possibilidades de habilitação da criança.

Normalmente, o fonoaudiólogo trabalha com muitos aspectos voltados para o desenvolvimento da língua oral e da língua escrita, que são os seguintes:

- O desenvolvimento da função auditiva, com verificação rotineira do uso de prótese auditiva da criança (quando o seu uso for indicado pelo médico)
- Aquisição e desenvolvimento da fala e da linguagem
- Desenvolvimento da habilidade de leitura orofacial
- Leitura e escrita
- Sistema sensoriomotor oral
- Atuação dos pais no desenvolvimento das crianças
- A voz e outros

Poderá haver concomitantemente o aprendizado da *Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)* com um adulto surdo, fluente nessa língua, e que geralmente é um instrutor de LIBRAS. Este instrutor não é especialista em área alguma, mas favorecerá à criança surda o contato natural com a língua de sinais.

Parece difícil imaginar esta situação, mas, com a mesma naturalidade com que a pessoa ouvinte se insere no mundo da oralidade, o surdo irá se inserir no “mundo dos sinais”.

De acordo com o **Comitê Brasileiro sobre Perdas Auditivas na Infância**, de 1 a 3 recém-nascidos possuem diagnósticos de perda auditiva em casa 1000 nascimentos.

Tendo em vista que a atuação normal é essencial para o desenvolvimento da fala e da linguagem, este mesmo Comitê divulga a importância da detecção da perda auditiva antes mesmo dos três meses de idade e do início da intervenção até os seis meses.

Embora a preocupação com a audição não deva acontecer apenas por ocasião do nascimento, é absolutamente necessário que, principalmente a mãe gestante, esteja atenta às possíveis situações de risco, como as já explicadas.



Torna-se importante salientar também que, uma vez detectada a presença de alterações auditivas, é possível a obtenção de uma boa qualidade de vida da criança, quer pelo uso de aparelhos auditivos adequados à situação, quer pela integração com a comunidade de outras pessoas com problemas semelhantes.

É importante também a atenção aos avanços da ciência e da medicina, que sempre buscam novas e melhores formas para a recuperação auditiva.

Os índices de crianças surdas ou com perda auditiva definitiva tendem a se tornar cada vez menores, graças ao desenvolvimento de inúmeras oportunidades de detecção de possíveis problemas, quando a criança ainda está no útero da mãe.

Atualmente, podemos citar como exemplo a evolução e o aperfeiçoamento dos chamados Implantes Cocleares, com a instalação de verdadeiros aparelhos eletrônicos dentro da cóclea (órgão responsável pela audição). No entanto, a indicação deste tratamento está muito restrita porque ainda depende de mais estudos médicos e fonoaudiológicos, além do alto custo.

Por fim, é necessário lembrar que exames auditivos devem ser realizados sempre que houver qualquer dúvida a respeito da integridade auditiva. O ideal seria que todas as crianças fossem avaliadas, mesmo sem apresentar suspeitas ou indicativos de risco para a deficiência auditiva, quando ainda na maternidade.

EXERCÍCIOS SOBRE A UNIDADE

1. A avaliação, o diagnóstico e o atendimento da criança com perda auditiva devem ser realizados por uma equipe profissional.
 - Constatada a DA, quais auxílios devem ser garantidos à criança com essa deficiência?
 - É possível pessoas com DA usufruírem de boa qualidade de vida? De que forma?



UNIDADE III

Educação de Surdos / Inclusão X Exclusão

A Resolução n. ° 48/96 das Nações Unidas, de Março de 1994, Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, aponta para a necessidade de se prever a utilização de Língua Gestual na educação dos surdos. Bem como de se garantir a presença de intérpretes como mediadores da comunicação, mencionado, explicitamente, que dadas as suas especificidades, as crianças surdas constituem um caso especial no que diz respeito à integração no ensino regular.

A Declaração de Salamanca de 1994, sobre Princípios e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais enfatiza a necessidade de os surdos terem acesso à educação através da língua de sinais do seu país. Reconhecendo que, devido às necessidades específicas dos surdos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais em escolas de ensino regular.

Deste modo, de uma situação em que os Surdos eram marginalizados não participando, por exemplo, nos processos políticos de tomada de decisões, o que levou que os "ouvintes" decidissem, ao longo de séculos, o que era mais conveniente, do ponto de vista jurídico, social, educacional, para os surdos. Alarga-se, nas últimas décadas a reconhecer um estatuto jurídico à Pessoa Surda enquanto "pessoa diferente". Tende-se a evoluir no sentido do (empoderamento) da Comunidade Surda enquanto comunidade que desde sempre tem sido marginalizada e que pretende estabelecer uma nova forma de diálogo com a comunidade dominante, a comunidade ouvinte. Neste processo insere-se a legítima reivindicação, numa sociedade multicultural, tolerante e solidária, da efetiva promoção da igualdade de oportunidades entre Pessoas Surdas e Pessoas Ouvintes. Igualdade de oportunidades que só é possível obter-se de direito e de fato, se for respeitado o direito fundamental o de não ser discriminado em razão da língua utilizada, neste caso a Língua Brasileira de Sinais-Libras.

A educação para todos deverá ser realizada num ambiente que propicie o desenvolvimento cognitivo, linguístico, emocional e social. Por isso o acesso à informação deverá ser feito através de profissionais especializados



Quantitativo de Surdos no Brasil – Dados sobre a exclusão escolar do Surdo

Pelos dados abaixo, pode-se perceber como é de extrema importância e urgência que medidas sejam tomadas no sentido de promover uma verdadeira inclusão escolar dos Surdos, o que implica repensar, também, o que vem a ser uma educação de qualidade para os Surdos, porque não basta a inclusão deles no sistema escolar, eles têm que conseguir ficar e continuar estudando, já que os pouquíssimos que conseguem estudar, apenas 3% terminam o Ensino Médio:

	Censo Demográfico - 2000	
Total c/surdez	Idade: 0 -17	Idade: 18 -24
5.750.805	519.460	256.884

População do município do Rio de Janeiro: 5.551.000;

	Censo Escolar 2003	(MEC/INEP)	
Total Surdos matriculados	Ensino Básico	Ensino Médio Concluído	Ensino Superior
	56.024	2.041	344

- Total de crianças e jovens surdos (0 – 24) = 766.344;
- Total de Surdos matriculados = 56.024;
- Taxa de analfabetismo (7 – 14) => 28% = 15.686;
- Ensino Médio Concluído => 3% = 2.041;
- Ensino Superior iniciado = 344;
- Ensino Superior na Rede privada => 90%
- Total de Surdos excluídos do sistema escolar = **710.320**
- 55% das crianças surdas são pobres



Diante desses dados, só nos resta perguntar: onde estão os 710.320 Surdos excluídos e como inseri-los no sistema escolar para que eles tenham chance de uma inclusão social?

Segundo Glat (1988, p.11) “...Se não houver uma modificação estrutural no sistema educacional brasileiro, a inclusão de alunos com necessidades especiais, principalmente os mais prejudicados, nunca será concretizada; logo, a noção de inclusão total é teoricamente uma proposta, e na prática, uma utopia...”

Para tentar amenizar esta situação, deve-se, principalmente, começar com a preparação do quadro docente (capacitando-os) para atuar junto aos alunos com necessidades especiais, pois se não estiverem capacitados para lidar com essa clientela não terão a fundamentação, as técnicas e os mecanismos adequados para desenvolverem as habilidades necessárias, principalmente se o deficiente auditivo apresenta surdez profunda.

Surdez e Bilinguismo – Leitura de Mundo e Mundo da Leitura

O bilinguismo vem seguindo no meio educacional da comunidade de surdos e especialistas da área como a última palavra em educação. As portas começam a se abrir para esta nova perspectiva, mas, para muitas pessoas é como se fosse uma “tábua de salvação” e não uma opção realmente consciente.

Bilinguismo não é um método de educação. Define-se pelo fato de um indivíduo ser usuário de duas línguas. Educação com bilinguismo, não é, portanto, em essência, uma nova proposta educacional em si mesma, mas uma proposta de educação onde o bilinguismo atua como uma possibilidade de integração do indivíduo ao meio sociocultural a que naturalmente pertence, ou seja, às comunidades de surdos e de ouvintes.

Educar com bilinguismo é “cuidar” para que, através do acesso a duas línguas, se torne possível garantir que os processos naturais de desenvolvimento do indivíduo, nos quais a língua se mostre instrumento indispensável, sejam preservados. Isto ocorre através da aquisição de um sistema linguístico o mais cedo e o mais breve possível, considerando a Língua de Sinais como primeira língua, na maioria dos casos.

Educação com bilinguismo não é, pois, uma nova forma de educação. É um modo de garantir uma melhor possibilidade de acesso à educação.



"A deficiência é uma, dentre todas as possibilidades do ser humano e daí dever ser considerada, mesmo se as suas causas e consequências se modificam, como um **fato natural** que nós mostramos e de que falamos, do mesmo modo que o fazemos em relação a todas as outras potencialidades humanas". (UNESCO, 1977)."

A surdez tem sido descrita como um obstáculo social que isola a criança da sua família e da vida escolar, acabando por desenvolver problemas de comportamento e distúrbios de aprendizagem como, por exemplo, a hiperatividade, a agressividade e a desatenção.

Nota-se que o papel dos pais e da família de um modo geral, no que se refere ao desenvolvimento da criança com deficiência, é outro aspecto que tem sido pouco enfatizado. No entanto, nem todas as crianças surdas desenvolvem o mesmo padrão de interação social e as diferenças entre os surdos são muito significativas. Destacam-se alguns fatores que podem facilitar o desenvolvimento dessas relações, como a competência linguística das crianças e a utilização, por parte dos familiares, de sistemas manuais de comunicação e a possível reestruturação do ensino em geral.

Discute-se a dificuldade que os professores enfrentam quando deparam com alunos surdos, uma vez que a comunicação é débil, devido a não existir o aperfeiçoamento e o preparo profissional.

Verifica-se, também, que a escola inclusiva ainda depende de muitas adaptações de grande e médio porte. É de suma importância a participação da família no desenvolvimento da criança com deficiência auditiva, das esferas governamentais, das instituições escolares e, também, a formação e a especialização de professores para atender às diversas deficiências.

A CRIANÇA DEFICIENTE AUDITIVA, A FAMÍLIA E A ESCOLA: COMO ESTÁ ESSA INTERAÇÃO?

Durante toda história da humanidade, as pessoas com deficiências têm sido discriminadas pela sociedade. Na maior parte do tempo, são encaradas como incômodo por suas diferenças e incapacidades para desempenhar as funções da vida cotidiana. Os deficientes, vítimas do preconceito social, eram tachados de “produto da degeneração” da



raça humana e a solução encontrada era escondê-los, tirando-os do convívio com os "normais", e até matá-los, como fizeram os gregos na Antiguidade e os nazistas na nossa era.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, 10% da população mundial tem algum déficit auditivo. Já a chamada "surdez severa" incide em 01 (uma) em cada 1.000 (mil) pessoas nos países desenvolvidos e em 04 (quatro) em cada 1.000 (mil) nos países subdesenvolvidos. No Brasil, calcula-se que 15 milhões de homens e mulheres tenham algum tipo de perda auditiva e que 350 mil nada podem ouvir.

O ouvido é o órgão que capta o som, transforma-o em estímulos elétricos e os envia ao nervo auditivo, para que cheguem ao cérebro. Ali, eles são decodificados como uma palavra, ou como uma canção. Quando esse precioso mecanismo apresenta falhas, surgem as deficiências auditivas, que podem ter vários graus e culminar na surdez total. O som é energia mecânica de vibração do ar.

O conceito de Surdez, embora varie de acordo com alguns autores, define a perda auditiva abrupta ou rapidamente progressiva, por comprometimento do ouvido interno, de intensidade e frequência variáveis, acometendo ambos (raramente) ou apenas um dos ouvidos. Para podermos entender um pouco mais das dificuldades enfrentadas pelas crianças com deficiência auditiva nas escolas, precisamos referenciar o papel da família nessa situação.

A proposta inclusiva tem se mostrado irreversível: de 1998 a 2000, o número de alunos com necessidades especiais atendidos em classes comuns passou de 41,2 mil para 75,3 mil, com aumento mais significativo na região sul (Brasil, 2001).

O grande desafio é dar-lhe sustentação. De acordo com Martins (2001), as barreiras enfrentadas são inúmeras, devido às atitudes preconceituosas que permeiam as práticas sociais, difíceis de serem modificadas e, a legislação, por si só, não garante as mudanças.

O processo de comunicação entre os indivíduos através da linguagem verbal depende, sobretudo, da audição que, sem dúvida, constitui um fator importantíssimo no contato da criança com o mundo. A comunicação refere-se às diferentes formas utilizadas pelos indivíduos na transmissão de informações, as quais devem, necessariamente, responder a regras e a códigos que possuam significados.



Nesse processo, a função auditiva é não somente importante como bastante complexa; o ouvido funciona como uma ponte entre o mundo exterior e o sistema nervoso, adaptando informações vibratórias e transmitindo sinais temporais. Conforme Lafon (1989), as modificações na função auditiva alteram, consideravelmente, a percepção do meio e toda a construção psicofisiológica do mundo pela criança.

Os efeitos da restrição de experiências de linguagem têm sido tradicionalmente associados a caracterizações estereotipadas da pessoa surda, a quem se atribuem traços como pensamento concreto, elaboração conceitual rudimentar, baixa sociabilidade, rigidez, imaturidade emocional etc.

A criança surda não tem, em geral, habilidades sociais suficientes para iniciar normalmente as interações, para controlar o desenvolvimento das mesmas e para satisfazer as necessidades dos outros. Porém, quando a criança possui um bom nível de linguagem (oral ou gestual) e quando seus colegas (outras crianças surdas) também a utilizam, o tipo de relação que se estabelece, incluindo a frequência das mesmas, é semelhante à que ocorre entre duas crianças ouvintes.

Assim, a identificação e intervenção precoces da perda auditiva em bebês e crianças pequenas adquirem importância crucial para o processo de adaptação do indivíduo ao mundo. Nesse processo, o adulto desempenha o papel principal, sendo o maior responsável pela sintonia estabelecida com a criança e por facilitar as trocas comunicativas entre ambos. Por exemplo, em se tratando do processo de aquisição da linguagem, a adequação mútua nas "conversações" mantidas sobre os objetos, a troca de olhares, gestos e expressões e a incorporação da linguagem da criança surda por parte do adulto são alguns dos elementos que contribuem para o estabelecimento de uma linguagem fluente e satisfatória.

No entanto, o mesmo autor comenta que as observações e estudos realizados sobre as relações entre genitores e crianças surdas, na etapa pré-escolar, indicam uma alta probabilidade de que as interações diminuam, devido às dificuldades de comunicação da criança surda.

Nos estudos sobre as crianças surdas, as investigações sobre a interação social, em geral, tendem a misturar-se às que analisam a competência e o desenvolvimento comunicativo, sendo difícil diferenciar, nitidamente, as duas dimensões. No entanto, a interação social pode ser estudada não somente como elemento constituinte do processo de



ensino-aprendizagem, já que esse processo se realiza a partir da ação conjunta de vários fatores, mas também como dimensão específica do desenvolvimento e, conseqüentemente, como um processo no qual intervêm um conjunto de fatores comunicativos.

A família é concebida, atualmente, de uma forma mais ampla do que tradicionalmente era vista. Esse novo conceito baseia-se na intimidade entre seus membros, na relação entre as gerações e nas variáveis externas incorporadas à família, o que implica apreender características do relacionamento entre o homem e a mulher e entre as crianças e os genitores, bem como do relacionamento de outras pessoas que também convivem com a família.

Blacher (1982, citado em Hodapp, 1988) afirma que, mães de filhos com alguma deficiência grave, experienciam um sentimento de choque e descrença, cujo processo foi denominado por ele de "reação inicial de crise". Esse período é, frequentemente, acompanhado de depressão e "desorganização emocional". Com o tempo, os pais adaptam-se para tentar ajudar a criança deficiente e, lentamente, atingem o estágio de "organização emocional".

Em geral, a chegada do bebê que apresenta uma deficiência torna-se um evento traumático e desestruturador, que interrompe o equilíbrio familiar. O impacto inicial e a sua extensão e profundidade estão diretamente ligados à dinâmica interna de cada família e de cada um de seus membros. Em cada família, por mais que existem semelhanças entre marido e mulher, as reações ao nascimento do filho com deficiência são diferentes.

As reações do pai são particularmente importantes e podem atingir outros membros da família, especialmente a mãe. Por exemplo, quando o envolvimento do pai com a criança deficiente decresce e ele deixa para a mãe a tarefa de cuidar da criança em suas diversas necessidades, ele pode, com isso, causar efeitos adversos em seu casamento (Lamb & Billings, 1996). Segundo esses autores, os pais tendem a afastar de si o sofrimento, diminuindo seu contato familiar, o que, frequentemente, resulta em divórcio.

Além disso, devido às mães tomarem para si a responsabilidade de cuidar da família, os pais, frequentemente, apresentam níveis de estresse mais baixos do que elas.

Estudos realizados por Dyson (1993) comparam famílias, com e sem deficientes, quanto ao nível de estresse, evidenciando, frequentemente, estresse aumentado em famílias com crianças deficientes. Segundo Lee e Gotlib (1994), os membros familiares podem



experienciar o estresse como resultado da frustração e sobrecarga nas atividades diárias. Em alguns casos, podem, também, isolar seus sentimentos dos demais membros da família, sentindo-se tristes e diminuindo, assim, as interações com os mesmos.

As tradicionais preocupações dos pais com relação ao sucesso, aceitação social e independência financeira dos seus filhos podem, também, gerar neles sérias crises quando da descoberta da incapacidade ou deficiência do seu filho. Alguns genitores, mesmo vendo que o filho deficiente está evoluindo, não se sentem gratificados, pois a sua revolta e rejeição são muito fortes, necessitando de um longo processo de elaboração para que possam colocar o filho em primeiro plano e não a sua deficiência.

Os outros membros da família (avós, tios e irmãos) também são atingidos pelo nascimento de uma criança com anomalia. Por exemplo, o irmão de uma criança que necessita de cuidados especiais pode sentir dificuldades para compreender o motivo da anomalia do bebê, além de se sentir culpado por ser saudável e ter maus pensamentos sobre o irmão (Petean, 1995).

A utilização de um sistema de suporte social eficiente pode agir como um redutor de estresse para os genitores de crianças com doenças ou incapacidade física congênita. Como suporte social, pode-se considerar qualquer esforço para apoiar as pessoas envolvidas em situações problemáticas, através de companhia, disponibilidade para ouvir, aconselhamento, auxílio na realização de tarefas, contribuições financeiras, ou qualquer outro tipo de ajuda leiga ou especializada que possa contribuir para a solução de problemas ou para reduzir o sofrimento (Menandro, 1995).

Em síntese, o impacto da identificação de uma deficiência em um dos membros da família pode ser entendido como uma ruptura no desenvolvimento normal do relacionamento familiar. Buscaglia (1993), afirma que "uma família que se defronta com o fato de um de seus membros nascer deficiente opera uma drástica mudança em sua dinâmica e uma redefinição de papéis, atitudes e valores".

A dificuldade no estabelecimento do vínculo afetivo entre os genitores e o filho afetado pode ser uma das consequências, pois, segundo Petean (1995), é praticamente impossível para os genitores realizarem trocas afetivas com a criança que rejeitam e para quem, às vezes, desejam a morte. Nestes casos, torna-se comum a ocorrência de sentimentos tais como medo, ansiedade e dor frente à descoberta e, ainda, o



desenvolvimento de estratégias de evitação do sofrimento como uma maneira de negar o problema.

Diante de uma situação familiar de doença grave ou de deficiência, cada indivíduo e seu grupo familiar precisam de uma adaptação ou de um ajustamento, para que possam lidar com o problema (Menandro, 1995). Além dos problemas internos inerentes à situação, os genitores têm que lidar também com as pressões externas, uma vez que a sociedade segrega o deficiente, tratando-o como incapacitado e colocando-o em escolas e classes especiais.

Essa postura é, de certa forma, corroborada pelos próprios genitores, através de atitudes de condescendência, impaciência e atitudes depreciativas em relação ao filho (Petean, 1995). Por exemplo, alguns pais de crianças surdas sentem-se constrangidos em participar de atividades sociais junto com seus filhos, por acreditarem que o barulho causado por eles, principalmente em supermercados e transportes coletivos, incomoda as outras pessoas (Gregory, 1995).

Para evitar a rejeição social, o ridículo e a perda de prestígio, alguns genitores tendem a renunciar à participação social; outros adotam o papel de "mártires", com a finalidade de mostrar para a sociedade que são completamente dedicados à criança deficiente e que, dessa forma, não podem ser culpados pela sua deficiência (Telford & Sawrey, 1978).

As atitudes preconceituosas para com as deficiências ocorrem nas diversas camadas sociais. Reações inadequadas para com a situação são frequentes, uma vez que existe um desconhecimento e conseqüente despreparo das pessoas para com as deficiências. Os familiares, os vizinhos, os amigos e a sociedade como um todo quase sempre demonstram compaixão e pena, assumindo atitudes super protetoras ou mesmo fingindo ignorar o fato.

Ainda se verifica uma escassez de pesquisas na área de deficiência auditiva, especialmente em se tratando de interações e relações familiares.

Embora pouco frequentes, os estudos sobre interações e relações de deficientes auditivos com os membros de sua família, com companheiros e com seus professores constituem peça fundamental para a compreensão do desenvolvimento sócio emocional do deficiente e de seu processo de adaptação ao mundo.



As escolas carecem de investimentos, precisam ser equipadas para atenderem a clientela com deficiências e os professores precisam ser preparados, pois, poucos deles passaram por cursos na área do ensino especial.

A simples transferência do aluno com deficiência para a sala de aula comum só vai garantir a convivência com os colegas. Para o sucesso acadêmico, por menor que seja, são necessárias mudanças estruturais, pedagógicas, até para que o professor não se sinta responsável por falhas que não lhe dizem respeito diretamente.

A maioria dos estudos realizados no Brasil sobre a deficiência auditiva tem como foco a abordagem da análise etiológica e/ou da avaliação de métodos terapêuticos e filosofias de comunicação utilizadas na prática educacional desses deficientes.

Ferreira e Cols (1994) afirmam que a família do deficiente auditivo e seus problemas, raramente, são abordados, o que contribui para a não-identificação de fatores que interferem na organização e evolução harmoniosas da família. Essas interferências acabam por refletir, também, no aprendizado da criança, quando de sua chegada à escola.

Para Lamb e Billings (1996), durante os últimos 20 anos, as pesquisas têm se voltado para o impacto da presença de um deficiente na família, com os pesquisadores explorando apenas o papel da mãe.

Os princípios norteadores da educação em nosso país ainda são baseados na normalização e integração que não priorizam o respeito às diferenças. A realidade tem demonstrado que os direitos de todos os deficientes só vão se efetivar se houver, na sociedade, mudanças de atitudes que estão enraizadas em valores fortemente construídos.

Se houve um avanço na democratização do acesso à educação embora a grande maioria dos deficientes ainda não frequenta as escolas - a política educacional ainda é frágil, a ação conjunta da educação regular e especial ainda não é consistente, os professores ainda sofrem pelo despreparo, o apoio de equipes especializadas que auxiliem no esclarecimento das potencialidades dos alunos ainda não é uma realidade em todas as escolas brasileiras.

Ao oportunizar o acesso ao sistema regular de ensino aos indivíduos com necessidades especiais e estes não conseguirem se adaptar, devido à escola não estar pronta para recebê-los, o processo pode contribuir mais uma vez para a segregação.



A criança deficiente auditiva representa, para a sociedade, um enorme custo, pois, quando não é diagnosticada e não é adaptada, certamente, será um indivíduo com maior chance de permanecer privado da educação, cultura, lazer, além de representar uma pessoa a menos no mercado de trabalho.

A educação de uma criança deficiente representa um enorme peso e envolvimento de toda a estrutura familiar, gerando custo adicional e diminuição da renda familiar. A adaptação da criança deficiente auditiva também representa um elevado custo.

Perante esse cenário tão real, que fazer com esses alunos?

O problema fundamental nos surdos focaliza-se na sua dificuldade de comunicação, mais concretamente na sua dificuldade de linguagem.

Desde sempre, a grande preocupação dos teóricos foi a introdução da linguagem verbal pura, nas crianças surdas. À luz das novas teorias, preconizam-se outros métodos, nomeadamente a linguagem gestual, que facilitem a comunicação e o acesso à linguagem oral.

Aos professores coloca-se o problema de não dominarem a língua natural dos surdos, o que facilitaria a capacidade de diálogo, a troca de impressões e uma melhor compreensão estrutural da língua oral por parte dos surdos.

Contudo, se faz necessário entender que o professor não é o único mediador na relação da criança deficiente com o mundo, o que pode contribuir para a sua segregação e dependência.

O que se passa, em geral, na sala de aula e fora dela é que a linguagem é considerada de uma forma muito ambígua, sendo, teoricamente, o objetivo a atingir, ela não é encarada em termos de processo a desenvolver, mas sim de produto acabado a fornecer.

O desenvolvimento paralelo das linguagens gestual e oral conduziria, certamente, a um melhor e mais rápido desenvolvimento cognitivo.

Tendo como exemplo os erros cometidos, ao longo dos anos, nas metodologias utilizadas no ensino dos surdos, pretende-se maximizar as potencialidades dos alunos surdos e proporcionar-lhes a conquista do lugar a que têm direito na sociedade de que fazem parte e que deles necessita.



A formação do professor de educação especial prepara-o para receber e trabalhar o indivíduo com deficiência, reconhecendo a limitação imposta por esta e buscando superar suas dificuldades e incluí-los na sociedade.

Também resgata a autoestima do indivíduo, valoriza-o, conforta a família e a orienta. O modo com que um professor vai receber um aluno deficiente dentro de sua sala de aula dos "ditos normais" vai fazer toda a diferença para o aluno, para a família, para os demais que vão passar a conviver com ele. Por isso, acredita-se que a formação do professor, nos cursos de Pedagogia e Licenciatura deve ser a mais completa e abrangente no que tange à educação especial.

Hoje, o que vemos é um avanço muito grande com relação ao respeito à cultura e língua dos surdos, com o advento da Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002, a qual torna a LIBRAS como 2ª língua oficial no País.

No Brasil, o uso da tecnologia não é tão expressivo, mas é um avanço, quando observamos, nos nossos dias, telefones para surdos em Shopping Centers, Rodoviárias, Aeroportos e Hospitais.

O desafio maior é dar sustentação, ou seja, dar continuidade aos projetos e programas com essa finalidade, tanto na área da educação como na área trabalhista.

A contribuição dessas reflexões é reelaborar questões: Qual a inclusão que se pretende para o deficiente auditivo: a frequência à classe regular ou o acesso ao conhecimento compatível com seu potencial cognitivo e faixa etária?

Qual o caminho que trará a necessária independência que o mundo atual exige de todos os seres humanos? Para cada situação surgirá uma ou mais respostas possíveis, mas, o importante é manter o indivíduo em primeiro plano, carregando sua história, cercado pela sua família e sua comunidade.

Todos nós temos potencialidades e fraquezas, e isso precisa e pode ser desenvolvido nas pessoas, de acordo com o limite de cada um. Aceitar e amar alguém que é diferente faz com que os pais e educadores cresçam juntos com essa pessoa.

É importante ressaltar, que além de frequentar a escola, as crianças deficientes devem viver, normalmente, em sociedade, passear com a família, brincar com os irmãos e com os amiguinhos, praticar esportes e tarefas extracurriculares, uma vez que muitas delas se destacam por habilidades particulares, como a música ou a matemática.



Os limites jamais devem ser impostos por outras pessoas que não o próprio deficiente, a partir do momento em que ele aprenda a ter mais consciência de sua diferença. Como toda criança, não deve sofrer cobranças além de suas possibilidades, muito menos serem reduzidos à incapacidade total. Todas as pessoas têm direito à educação, assim como todo mundo tem direito de ser amado e respeitado exatamente como é.



UNIDADE IV

A CRIANÇA SURDA: CAMINHOS DA APRENDIZAGEM

O objetivo central da educação infantil é favorecer o desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social de todas as crianças – ouvintes ou surdas. As experiências e os conhecimentos são promovidos e ampliados, por meio de jogos e brincadeiras, bem como do convívio com outras crianças e outros adultos, fora do ambiente doméstico.

A socialização, que se inicia antes dos 3 anos, vai se consolidando entre os 4 e os 6 anos de idade. A criança escolhe com quem quer brincar e conversar, de quem quer ser amiga.

A educação da criança surda em fase de socialização precisa se adequar a suas características pessoais. A observação de suas respostas aos primeiros atendimentos escolares e clínicos (estimulação auditiva, socialização etc.), serve para indicar o caminho a seguir

Cada criança deve receber atendimento de acordo com sua realidade e suas condições, para vivenciar e explorar ao máximo suas potencialidades.

Algumas crianças surdas têm possibilidade de adquirir e desenvolver a linguagem oral, utilizando a fala para se comunicar. Outras, por características pessoais e também em decorrência do ambiente familiar em que cresceram, apresentam linguagem oral mínima, que deve ser complementada com outras formas de comunicação (escrita e por sinais).

A criança também pode desenvolver a leitura orofacial, isto é, a leitura labial e a fisionômica, capacidade de ler os lábios e a expressão facial de quem fala. Mesmo quando usam um aparelho auditivo adequado, os deficientes auditivos em geral fazem também a leitura labial, para compreender melhor a fala do outro. A leitura labial é uma capacidade inata em todas as pessoas, mas apenas aquelas que têm perda auditiva desenvolvem tal habilidade.

Métodos de Treinamento

Há vários métodos para o desenvolvimento da linguagem de deficientes auditivos empregados no Brasil:



Método oral unis sensorial: usa apenas a pista auditiva. Por meio do aparelho auditivo, integra a audição à personalidade da criança com perda auditiva; não enfatiza a leitura labial, nem utiliza a língua de sinais.

Exemplos: método Pollack e método Perdoncini.

Método oral multissensorial: usa todos os sentidos: audição com apoio de aparelhos auditivos, visão com apoio da leitura labial, tato etc.; também não utiliza a língua de sinais. Exemplos: método áudio + visual de linguagem.

Método de comunicação total: “É uma filosofia, não simplesmente um outro método, cuja premissa básica é utilizar tudo o que seja necessário para o indivíduo com deficiência auditiva como meio de comunicação: oralização, prótese auditiva, gestos naturais, linguagem de sinais, expressão facial, alfabeto digital, leitura labial, leitura da escrita, enfim, tudo aquilo que sirva de meio para ajudar a desenvolver o vocabulário, linguagem e conceito de ideias entre o indivíduo surdo e o outro”. (Marta Ciccone).

Bilinguismo: essa abordagem pretende que ambas as línguas – os sinais (LSB, a Língua de Sinais Brasileira) e a oral (Português) – sejam ensinadas e usadas sem que uma interfira/prejudique a outra. Elas se destinariam a situações diferentes.

A COMUNICAÇÃO COM A CRIANÇA SURDA

Muitas vezes os pais, professores e outros adultos tomam atitudes inadequadas em relação a crianças com perda auditiva, ignorando suas reais limitações. Por exemplo:

- Com frequência tratam a pessoa com deficiência auditiva como se ela fosse incapaz de compreender. Falam de maneira pouco natural, apenas com gestos; se usam palavras, falam sem artigos ou frases completas, utilizando apenas palavras soltas, como se o outro fosse incapaz de entender as formulações completas.



- Não conseguem agir com naturalidade. Não informam, por exemplo, o que está acontecendo: a mãe sai sem dizer onde está indo, como se a criança não pudesse participar da vida em comum.
- Ao conversar, viram o rosto para outro interlocutor, de modo que a criança não perceba o que está sendo falado. Além de ser uma falta de respeito, diminui a autoestima da criança.
- Alguns pais enfatizam a deficiência auditiva, esquecendo que a criança tem um potencial a desenvolver. Já outros cobram excessivamente dos filhos, achando que devem compensar a deficiência com atitudes perfeccionistas. Ambos os extremos são prejudiciais.

O Desenvolvimento da Linguagem

A escola, comum ou especializada, deve preparar a criança surda para a vida em sociedade, oferecendo-lhe condições de aprender um código de comunicação que permita seu ingresso na realidade sociocultural, com efetiva participação na sociedade.

O trabalho de linguagem, tanto em língua portuguesa (oral) quanto na Língua de Sinais Brasileira (LSB), é desenvolvido de forma a dar à criança surda um instrumento linguístico que a torne capaz de se comunicar.

Os principais recursos utilizados nesse trabalho são atividades de imitação, jogos, desenhos, dramatizações, brincadeiras de faz-de-conta, histórias infantis etc. Tais atividades possibilitam, ao mesmo tempo, a aquisição de linguagem e a aprendizagem de conceitos e regras de um código de comunicação, aspectos importantíssimos para o processo de integração escolar.

A criança surda adquire sua linguagem ao relacionar a experiência que está vivendo com a verbalização e/ou os sinais que ela observa em outra pessoa (colegas, pais, professores etc.), bem como ao relacionar o que está sendo falado pelo outro com suas próprias experiências e também ao comunicar seus pensamentos e experiências de forma oral, escrita ou com sinais.



Para Piaget, a linguagem é um sistema para representar a realidade. É ela que torna possível a comunicação entre os indivíduos, a transmissão de informações e a troca de experiências.

A situação comunicativa em um contexto espontâneo ajuda a criança a compreender melhor o conteúdo que queremos transmitir a ela. Toda situação é boa para falarmos de assuntos variados, de coisas que podem acontecer ou aconteceram.

Por exemplo: quando a criança come, se lava, se veste, ou passeia pela rua se oferecem ótimas ocasiões para falar com ela a respeito das coisas que está vendo, de como as pessoas estão agindo, das sensações dela e das nossas.

É indispensável interagir com a criança surda a cada momento, utilizando perguntas e respostas que vão se tornando conhecidas e que ela vai aprendendo.

A partir dessas situações espontâneas de relacionamento, o professor e os pais podem realizar atividades e brincadeiras que estimulem a interação com a criança, mantendo sua atenção e ajudando-a a se expressar a partir de gestos, sinais, atitudes corporais e linguagem oral.

Pela repetição das palavras e pela vivência no dia-a-dia, as crianças aprendem a compreender uma língua e a usá-la. Isso vale tanto para as crianças ouvintes quanto para aquelas com perda auditiva. No entanto, as que têm perda auditiva precisam de mais estímulos, de mais repetições e de mais vivências. A partir do momento em que a criança surda percebe que cada coisa ou pessoa tem um nome, seu progresso se torna mais rápido.

O jogo, o brincar de faz-de-conta e o relato de histórias infantis são experiências que permitem ampliar seu âmbito de informações e ajudá-la a buscar, a pedir, a fazer perguntas, enriquecendo cada vez mais sua comunicação.

Qualquer situação corriqueira, em particular quando vinculada às ideias e aos interesses da criança surda, pode ser útil para estimular e desenvolver seu processo de comunicação. Por exemplo: se ela gosta de carros, de motos, ou de bonecas, seu brinquedo predileto pode servir de motivação para a aprendizagem.

Ela irá se interessar por saber seus nomes, reproduzir o ruído que fazem, sentir as vibrações dos veículos que passam pela rua, observar as cores das diferentes motos, ou reproduzir com suas bonecas o cuidado materno, dando nome aos sentimentos – ‘eu gosto’, ‘eu choro’, ‘eu estou triste’, ‘eu estou alegre’ etc.



A compreensão e a realização de uma tarefa exigem da criança surda um grande esforço de atenção. Por isso, é compreensível que ela não goste de fazer exercícios de articulação durante muito tempo. O ideal é apresentar esses exercícios disfarçados, na forma de jogos e brincadeiras.

É conveniente aproveitar situações lúdicas para favorecer a aquisição linguística. Mas não se pode esquecer que essa estimulação não tem por objetivo criar um ouvinte falante, suprimindo ou ignorando as características peculiares da criança surda.

Levar em conta as potencialidades e limitações da criança surda permite que ela manifeste sua espontaneidade e suas diferenças. Diferenças que não a torna um ser inferior ou menos capaz, mas apenas diferente – como todo ser humano.

O PAPEL DO PROFESSOR

O trabalho do professor deve estar marcado pelos objetivos que ele pretende alcançar na área da linguagem e por um programa concreto para cumprir essa meta. É fundamental conversar com os pais a respeito desses objetivos e adequar o programa, de maneira a permitir que a família colabore, aproveitando os contextos naturais e cotidianos para estimular a linguagem do filho.

A intervenção do professor no campo da comunicação e da linguagem com a criança surda pequena não pode partir de programas rígidos quanto ao conteúdo – como por exemplo, listas preestabelecidas de palavras. Sempre devemos ter presente o interesse de cada criança, ‘conversando’ com ela sobre o que vivenciou em casa, com os colegas ou com outros adultos.

Precisamos abordar o desenvolvimento da linguagem de uma criança surda em toda sua variedade e em todas suas possibilidades, dando um papel significativo às funções comunicativas que ela realiza com suas próprias expressões e ao vínculo comunicativo que ela estabelece com o outro (adulto ou criança).

Para a criança, não é importante apenas ‘falar algo’, mas ser capaz de utilizar a linguagem para transmitir diferentes intenções, como pedir, afirmar, perguntar etc. Devemos ainda evitar transmitir apenas o nome dos objetos, procurando sempre mencionar outros aspectos importantes que suscitem a curiosidade da criança, levando-a a perguntar



(por quê? para quê? O que é?) e a expressar seus sentimentos (eu quero, eu não quero, eu gosto). Isso permitirá estabelecer uma comunicação mais completa, natural e próxima à da criança ouvinte, sem se limitar à mera nomeação verbal de objetos.

É importante utilizar os mais variados recursos de comunicação: além da linguagem oral, recorrer sem restrições aos gestos, às expressões faciais e corporais e a um sistema estruturado de sinais.

ATENDIMENTO ESCOLAR: UM PROCESSO INTEGRADOR

Partindo do princípio de que a educação é um direito de todos, o atendimento educacional às pessoas com necessidades especiais, em ambiente escolar comum ou em grupos especializados, está assegurado na Constituição Brasileira.

Ações como a proposta no capítulo V – “A educação especial” – da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), vêm demonstrando a abertura do processo de atendimento educacional e a garantia de introduzir nele inovações, objetivando assegurar maiores possibilidades de integração do portador de deficiência à sociedade.

Nessa nova visão, a inclusão social passa a ser vista como um processo de adaptação da sociedade, que inclui as pessoas com necessidades especiais em todos os ambientes sociais. Isso torna possível que, ao mesmo tempo, essas pessoas se preparem para assumir seu lugar na sociedade, e para desempenhar os papéis adequados a cada situação.

A inclusão da criança com surdez na escola regular requer uma boa preparação tanto do aluno quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração.

A inclusão no ambiente escolar consiste em:

- Possibilitar à criança um desenvolvimento dentro de seus limites pessoais, e não de padrões impostos socialmente;
- Acreditar que a criança com necessidades especiais é capaz de uma aprendizagem rica e construtiva.



As crianças com necessidades educacionais especiais, que outrora iam para escolas especializadas, têm atualmente direito de ser matriculadas em qualquer escola da rede regular. Essa mudança gerou um intercâmbio de experiências, de profissionais e de material, provocando a aproximação dos dois sistemas educacionais: o especial e o regular.

A integração, verbalizada como a melhor prática no processo de educação de crianças com necessidades especiais, implica reciprocidade. Mas o processo pedagógico baseado na integração deve ser gradual e dinâmico, adequado às necessidades de cada indivíduo.

Na verdade, a integração efetiva implica uma mudança total de atitude. Implica desmistificar a questão do convívio e da educação da criança com necessidades especiais e, para isso, é da máxima importância o papel dos profissionais e especialistas.

Quando o professor recebe em sua classe (de ouvintes) um aluno surdo, é frequente que sua primeira reação seja pensar: *Como vou falar com esse aluno? Não sou especialista! Como posso assisti-lo?*

Não se pode ‘jogar’ a criança surda em uma escola ou em uma classe comum, alegando a necessidade de ‘inserir-la’ na escola regular; isso corresponderia a ignorar sua necessidade de ter um atendimento cuidadoso, capaz de possibilitar o desenvolvimento de todo seu potencial de comunicação.

INTEGRAÇÃO À ESCOLA

Na proposta atual, mais inclusiva, a criança com surdez participa do sistema educacional, não está fora dele. É esperado que ela, bem como os professores e toda a escola, conte com dispositivos que auxiliem seu pleno desenvolvimento escolar, sem sacrifícios.

No entanto, a inclusão na escola comum deve constituir um processo gradativo, que respeite as diferentes necessidades e interesses de cada criança. A integração da criança com surdez em classe comum da escola regular terá mais chances de sucesso se for gradativa e resultar de um estudo de cada caso, individualmente.

A família precisa fornecer aos professores os dados necessários para que eles entendam melhor tudo que a falta de audição pode acarretar e possam prever o tipo de



reação da criança no ambiente escolar. Esses dados incluem parecer médico, resultados das avaliações audiológicas periódicas, informações da fonoaudióloga etc.

Como condição para participar de uma classe comum, o aluno surdo precisa ter adquirido um nível de linguagem (incluindo um bom vocabulário) suficiente para permitir um diálogo, mesmo que simples, com professores e colegas, além de certo domínio de leitura e escrita. Só assim ele poderá expressar seus pensamentos e sentimentos, e conseguir compreender e aplicar os conceitos utilizados nas diferentes disciplinas.

A escola comum, por sua vez, também precisa dispor de recursos que tornem viável o processo de inclusão, como por exemplo:

- Assessoria em relação à língua de sinais, se a criança tiver linguagem oral restrita, e às estratégias adequadas para propiciar o diálogo, na linguagem oral e/ou escrita.
- Material concreto e visual que sirva de apoio para garantir a assimilação de conceitos novos.
- Contato com professores que tenham vivenciado situações semelhantes.
- Orientação de professores de Educação Especial – itinerantes ou de salas de recursos. Deve ser feitas reuniões para trocar experiências, discutir diferentes enfoques do conteúdo e esclarecer dúvidas a respeito dos planos de atuação e de avaliação.

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Em todos os níveis escolares (Infantil, Fundamental, Médio e Superior), e principalmente quando o aluno apresenta perda auditiva severa ou profunda, é necessário levar em conta, tanto para o atendimento escolar comum quanto para o especializado, que existe um sujeito que precisa se desenvolver, aprender o conteúdo programático escolar e adquirir conhecimento do mundo e de si mesmo (social/escolar/psíquico).

O que caracteriza o aluno (surdo ou não) é sua capacidade de aprendizagem, e não a deficiência que apresenta. Existe um sujeito com potencial, no qual se deve investir.

Conforme expõe Marques (1999), o obstáculo sensorial cria situações comunicativas específicas para o surdo, sem impedi-lo de adquirir uma linguagem e desenvolver sua capacidade de representação.



Os mecanismos mentais envolvidos nesse processo também não são os mesmos da pessoa ouvinte; por isso, tornam-se responsáveis pela construção de esquemas de pensamento e de estratégias intelectuais que dependem da natureza do desenvolvimento linguístico-cognitivo de cada um.

Tanto no ensino comum quanto no especializado, o aluno precisa se sentir envolvido no processo de aprendizagem, participar de fato e ser capaz de fazer escolhas com responsabilidade, programando-se para o futuro.

O conteúdo curricular a ser desenvolvido pelo professor de escola comum é exatamente o mesmo trabalhado com os alunos ouvintes, com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). E o mesmo ocorre com a metodologia de ensino.

O uso de materiais variados (jornais, revistas, propagandas, noticiários de TV, computadores etc.) contribui para motivar os alunos, mantê-los atualizados em relação aos acontecimentos do mundo e dar-lhes uma visão ampla dos conhecimentos.

Todos os alunos serão beneficiados se o professor proporcionar atividades a partir de centros de interesse, integrando diferentes disciplinas.

Uma sugestão interessante de um trabalho desse tipo consiste em planejar um estudo do bairro. Os professores de Matemática e de Estudos sociais podem discutir e trabalhar juntos, organizando várias atividades relacionadas com o assunto, como: localizar bairros diferentes (em relação à escola ou à residência), calcular distâncias, enumerar locais comerciais, hospitais, fábricas etc. Trata-se de uma atividade que pode ser desenvolvida satisfatoriamente tanto pelos alunos surdos quanto pelos ouvintes.

O principal papel do professor consiste em promover a compreensão das informações para todos os alunos. As propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais e o próprio conteúdo curricular favorecem a integração, pois se baseiam na interação dos alunos entre si ao longo das atividades – no grupo, na classe, na escola e na comunidade. Faz parte do processo educacional, aprender a respeitar as diferenças e a exercer atividades solidárias.



Integrar pressupõe o encontro de diversidades, quer sejam pessoas, ideias ou culturas. Ora, para que o diferente seja identificado como tal, é preciso que haja um padrão considerado ‘normal’. Que padrão é esse?

Para a pedagoga Frazão de Sousa (1999), considera-se como normalidade a capacidade de cada um, dentro de suas possibilidades, ser produtivo para a sociedade em que vive, demonstrando talento, aptidão, e inteligência em relação a determinados aspectos humanos e sociais. A construção da subjetividade ocorre no contato com uma pluralidade de existências.

Portanto, a proposta de integração não permite apenas o acesso democrático; a ‘troca’ de experiências promove desafios que interferem tanto no comportamento acadêmico quanto no social.

O envolvimento da família é fundamental para a integração do aluno surdo na escola ou na classe comum. Participando do processo escolar, os pais acompanham o desenvolvimento de seu filho e colaboram para que ele se entrose e se sinta valorizado pessoalmente.

À medida que se integra, a criança se torna mais participativa e consegue cursar o Ensino Fundamental sem que ocorra muita defasagem em relação aos alunos ouvintes.

Ao primeiro indício de descompasso da criança surda em relação à média da classe, o professor deve buscar formas de atenuar as dificuldades (indicar a procura de reforço escolar, orientação da psicóloga ou da coordenação).

Se não existir entrosamento da família e da criança surda com a escola e com o professor do ensino regular, o risco de fracasso é grande. As conquistas serão lentas e os resultados exigirão muito sacrifício (para ambos os lados).

Na visão inclusiva, que depende do compromisso de todos, a criança com perda auditiva deve ser acolhida dentro de uma proposta globalizadora, que valorize a escolaridade, os hábitos e as atitudes preparatórios para a vida adulta e que possibilite ao aluno se tornar responsável pelo próprio processo escolar e consciente de seus direitos (que são os mesmos dos ouvintes). Também os aspectos cognitivos, emocionais e afetivos devem ser considerados.



As escolas vêm buscando adotar métodos e técnicas que propiciem ao aluno com surdez a aquisição necessária de conhecimentos e habilidades, bem como a formação de valores que o identifiquem como pessoa única e como parte integrante da sociedade.

Não existe uma metodologia única, específica para a educação de surdos, mas são necessárias adaptações curriculares para atender às especificidades da clientela, seja na escola especial ou na regular. Os educadores devem considerar, além da metodologia, as necessidades específicas dos alunos, com objetivo de favorecer sua adaptação e sua integração.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ao longo do tempo, a Educação Especial tem adotado diferentes abordagens para atender às necessidades das pessoas com surdez e instrumentalizá-las para atuar socialmente.

No entanto, apesar da posição individual dos profissionais, os pais das crianças surdas devem ser informados e orientados em relação às vantagens e limitações de cada uma das diferentes abordagens, para que eles possam participar da decisão.

Até recentemente, acreditava-se que o surdo devia fazer uso exclusivo da fala para transmitir suas ideias, seus pensamentos e sentimentos. Em termos educacionais, o profissional deveria enfatizar apenas a pista auditiva (abordagem unis sensorial), ou recorrer à leitura orofacial, a gestos, à pista auditiva e à escrita, tendo sempre como apoio a fala (abordagem multissensorial).

Na verdade, poucos conseguiam bom desempenho na linguagem oral – em geral, isso era possível apenas para aqueles que podiam contar com atendimento especializado de outros profissionais, o que não faz parte da realidade da maioria da população brasileira.

Em função dos resultados obtidos no oralismo e das pesquisas que reconhecem a língua de sinais como língua, os sinais começaram a ser adotados na educação dos surdos na forma sintática da língua portuguesa, no método denominado **Comunicação Total**.

A Comunicação Total é uma filosofia segundo a qual os surdos devem ter acesso a todas as modalidades de comunicação disponíveis, escolhendo aquela, ou aquelas, que atende melhor a suas necessidades:



- Fala;
- Escrita;
- Pista auditiva: aproveitamento dos resíduos de audição, por meio de aparelhos de amplificação sonora;
- Leitura orofacial: leitura dos movimentos dos lábios e dos músculos do rosto;
- Expressão corporal;
- Sinais: movimentos com as mãos representando ideias, usados por comunidades de surdos;
- Alfabeto digital: movimentos com as mãos que representam as letras de nosso alfabeto.

Os sinais são extraídos da Língua de Sinais Brasileira: o professor, ao ler um texto, se expressa em sinais. A língua de sinais não segue a mesma organização da língua portuguesa, pois não possui a mesma sintaxe, nem as mesmas regras gramaticais. Por exemplo:

Língua de Sinais: aula, ir

Língua portuguesa: (eu) vou à aula

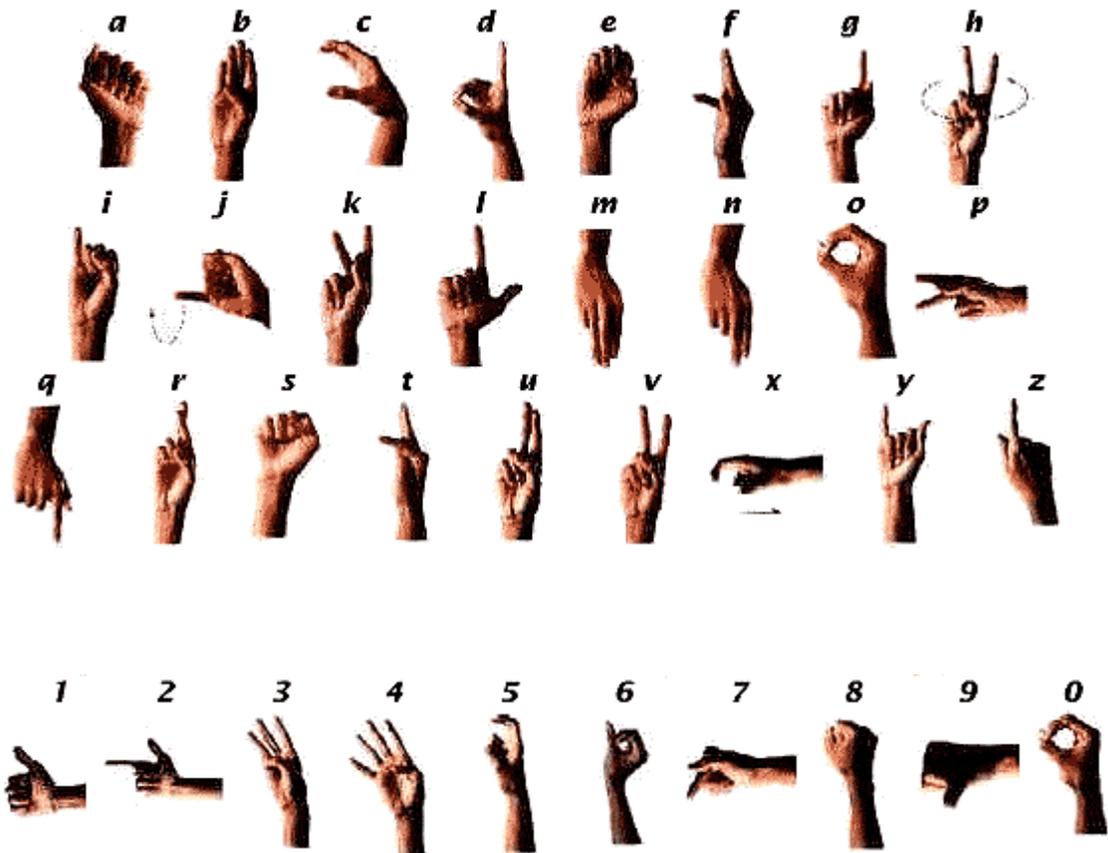
A reivindicação dos surdos para ter assegurado o direito de usar a língua de sinais em sua vida e na educação fez com que algumas escolas especiais para surdos propusessem o bilinguismo na educação.

No bilinguismo, a criança surda é exposta à Língua de Sinais desde pequena, por uma pessoa que domine essa forma de comunicação, de preferência um surdo. A Língua Portuguesa, em sua forma oral e/ou escrita, é ensinada como segunda língua.

O impedimento na audição faz com que as pessoas surdas tenham maior acesso ao canal visual, tornando a Língua de Sinais biologicamente natural para elas.

Ao ter acesso à Língua de Sinais e à Língua Portuguesa, o surdo tem a seu alcance um leque mais amplo de recursos linguísticos, que atendam melhor a suas necessidades.





ADOLESCÊNCIA: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PESSOAL

O desenvolvimento do 'eu' e da identidade pessoal é o tema mais importante na adolescência, pois se refere tanto ao mundo interno da pessoa quanto a seu comportamento (no mundo externo). Esse processo se vincula estreitamente à história pessoal de cada adolescente.

Nos primeiros anos de vida, até o momento da entrada na escola, a família constitui para a criança o grupo mais importante e quase único de referência. Na adolescência, as interações sociais se expandem de maneira extraordinária, para além da referência familiar, nos diferentes grupos aos quais o adolescente pertence – dança, teatro, escola, igreja, esportes, etc.

Muitas vezes, o adolescente surdo vive sob os cuidados de pais super-protetores, que não acreditam nas potencialidades do filho e veem a surdez como uma doença, imaginando que o surdo é incapaz de se cuidar e de pensar. Nesses casos, a liberdade e a autonomia do adolescente são seriamente prejudicadas e ele sente insegurança para se comunicar e conviver com pessoas ouvintes.

A precariedade das referências familiares diminui a capacidade de iniciativa do jovem para buscar novas referências fora de casa, podendo gerar uma imaturidade emocional, associada a um enrijecimento geral da personalidade – que se traduz em padrões infantis, carentes da elaboração correspondente a sua idade cronológica e física.

Muitos adolescentes com surdez – tal como muitas pessoas, ouvintes ou não – fazem uma associação errônea entre inteligência e boa comunicação oral, ou seja, à capacidade de falar bem.

Tal atitude equivocada é prejudicial para o jovem que, diante de sua dificuldade de comunicação oral, começa a se sentir menos competente.

A baixa estima pode levar à acomodação, ao desânimo e ao conformismo, induzido pelo medo de enfrentar situações novas e conflitos.



O próprio surdo com comunicação restrita tende às vezes a delegar mais status ao colega que ‘fala bem’ (produz fala mais compreensível) e a elegê-lo como representante e porta-voz de seus interesses.

A ORIENTAÇÃO SEXUAL

Tema sempre presente na adolescência, a orientação sexual busca hoje tratar o assunto de um ponto de vista cultural, com base na aceitação de diferentes valores, e não mais como um modelo padronizado de comportamento. Apesar de ser abordado com maior liberdade, o assunto ainda provoca conflitos entre as gerações.

Algumas escolas, com o apoio dos familiares, costumam convidar médicos e especialistas para oferecer palestras aos alunos adolescentes, buscando ampliar o nível de informações disponíveis e sanar muitas dúvidas.

Tratando o assunto com naturalidade, a orientação sexual enfoca diferentes temas: direito à sexualidade, iniciação, responsabilidade, necessidade de proteção (em relação a doenças e gravidez), casamento etc. A abordagem dos temas tanto deve ser feita de forma específica quanto associada a determinadas disciplinas, como as referências biológicas ao conhecimento do próprio corpo dadas em Ciências.

Hoje, a educação sexual é vista com maior naturalidade, pois o interesse infantil pelo assunto é reconhecido como um aspecto positivo do desenvolvimento sadio, tanto quanto as dúvidas e questões vividas pelos adolescentes.

A PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO

É comum os adultos se queixarem de que o adolescente se sente perdido, sem interesses em relação a seu futuro profissional; que sua autoimagem é deformada e confusa; que ele apela para soluções pouco refletidas, ou influenciadas por amigos e familiares; que dá prioridade ao retorno financeiro e deixa de lado valores como ‘gostar’ e ‘poder’.

Para contornar essas dificuldades se torna necessário, ao longo do Ensino Fundamental e Médio, um processo de orientação educacional que coloque à disposição do



adolescente, surdo ou não, recursos para combater o desconhecimento de si próprio, a incapacidade para identificar o que ele prefere e o que são escolhas dos outros. O adolescente precisa aprender a compatibilizar suas aspirações pessoais com as oportunidades sociais e as condições familiares.

O adolescente com deficiência auditiva sofre também as consequências de outras circunstâncias: poucas oportunidades de cursos profissionalizantes, desinformação generalizada sobre as exigências e as opções do mercado de trabalho, pouca visualização das possibilidades profissionais em campos de trabalho não muito conhecidos e ainda restritos.

O ideal é que o jovem possa ser ativo em suas escolhas, baseando-se na autoanálise, na compreensão pessoal, no reconhecimento das vantagens e das exigências de cada ocupação e de seu interesse por ela. É preciso, ainda, que identifique os requisitos profissionais e analise as próprias características pessoais, para que possa escolher o que fará e venha a ser feliz com sua decisão.

Para que o surdo possa ampliar seu conhecimento sobre o mundo do trabalho, que a cada dia se torna mais competitivo, é imprescindível que ele, como qualquer outro adolescente, vivencie diferentes realidades do universo ocupacional, por meio de visitas a empresas, observação e entrevista com profissionais no próprio ambiente de trabalho e estágios visando a sondagem de habilidades e interesses profissionais.

O processo escolar deve propiciar ao adolescente, surdo ou não, oportunidades de discutir as diferentes situações conflitantes, procurando amadurecê-lo para superá-las ou, pelo menos, atenuá-las.

É fundamental que a escola crie condições para ampliar as possibilidades dos jovens para que eles planejem sua carreira profissional durante o processo de Ensino Fundamental e Médio.

O plano de vida de cada aluno se enriquecerá ao ser compartilhado com seus colegas de classe, ajudando a conduzi-lo à identificação de suas aspirações, limitações e potencialidades e ao reconhecimento das condições reais do mercado de trabalho.

Um processo de orientação profissional efetivo permitirá que o adolescente surdo encontre elementos para vir a competir profissionalmente com trabalhadores ouvintes, em condições semelhantes.



A questão da capacitação profissional é outro aspecto importante a ser analisado na educação do adolescente com surdez. Embora muitos tenham acesso a cursos profissionalizantes, com frequência tendem a se concentrar na área de informática. É compreensível, já que, cada vez mais, as tarefas do dia-a-dia dependem da informatização.

No entanto, o mercado de trabalho está em constante transformação e é preciso tomar consciência dessas mudanças, antes de qualquer decisão. Por exemplo: nos anos 70, o surdo foi apontado como um ótimo profissional para operar máquinas de perfurar, dado o intenso ruído advindo dessa operação, prejudicial para as pessoas ouvintes. Mais recentemente, ele foi considerado um digitador muito produtivo, por sua maior capacidade de concentração. Mas, qual será seu futuro se essas funções desaparecerem, tal como já vem acontecendo?

Será que o surdo poderá competir no mercado de trabalho de igual para igual, uma vez que suas oportunidades dependem da lacuna deixada pelos trabalhadores ouvintes?

Reconhecimento da Profissão de Intérprete LIBRAS

PROJETO DE LEI Nº /2004

(Da Sra. MARIA DO ROSÁRIO)

Reconhece a profissão de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

Art. 1.º. Fica reconhecido o exercício da profissão de Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, com competência para realizar a interpretação das duas línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação de LIBRAS e Língua Portuguesa, com as seguintes atribuições:

- I. Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes; surdos e surdos; surdos e surdos-cegos; surdos-cegos e ouvintes, através da Língua Brasileira de Sinais para a Língua Oral e vice-versa;



- II. Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais, viabilizando o acesso aos conteúdos curriculares, desenvolvidas

nas instituições de ensino que ofertam educação fundamental, de ensino médio e ensino superior;

Art. 2.º Os Intérpretes de Libras para o exercício de sua profissão deverão estar devidamente habilitados em curso superior ou de pós-graduação, em instituição regularmente reconhecida pelo MEC.

Parágrafo único. Os Intérpretes de Libras que exercem a função sem a formação que determina o ‘caput’, terão o prazo de 10 anos para a sua adequação, podendo atuar neste período através de exame de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa do MEC.

Art. 3.º. Além da habilitação definida, o exercício da profissão de intérprete de sinais deverá atender os seguintes requisitos:

- I. Domínio da língua de sinais;
- II. Conhecimento das implicações da surdez no desenvolvimento do indivíduo surdo;
- III. Conhecimento da comunidade surda e convivência com ela;
- IV. Filiação a órgão de fiscalização do exercício desta profissão;
- V. Noções de linguística, de técnica de interpretação e bom nível de cultura;
- VI. Habilitado na interpretação da língua oral, da língua de sinais, da língua escrita para a língua de sinais e da língua de sinais para a língua oral.

Art. 3.º. Esta lei entra em vigor 120 dias após sua publicação.

Empresas são obrigadas a ter 5% de empregados intérpretes em Libras a partir de janeiro.

Deficientes auditivos vão ter melhor atendimento dentro de empresas públicas em todo o país. A partir de agora, todas as empresas públicas federais, estaduais e municipais são obrigadas a capacitar, pelo menos, 5% dos empregados para o uso e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (Libras).



O decreto 5626/05 já está valendo e os órgãos da administração pública deverão incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais os recursos para formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e interpretação de Libras.

De acordo com a coordenadoria Geral de Desenvolvimento e Educação Especial do Ministério da Educação, atualmente, para que uma pessoa com deficiência auditiva tenha atendimento com um intérprete de Libras é necessário que seja feita uma solicitação com antecedência. Não é possível prever quando uma pessoa vai precisar de uma informação. Ter um intérprete em cada estabelecimento público, como prevê o decreto, é essencial.

"No caso desse transtorno do caos aéreo no Brasil, (2007/08) por exemplo, se um surdo precisasse de atendimento não teria. A gente precisa de intérpretes também nos aeroportos, para os policiais militares, os policiais de plantão, nas delegacias, ou seja, todos os órgãos precisam ter uma pessoa de plantão que utilize libras, pelo menos na recepção", disse.

M. S. é mãe de uma adolescente surda de 16 anos explica que enfrentou muitas dificuldades para que a filha conseguisse se comunicar e até hoje não consegue cursos de Libras acessíveis. Para M. S., o novo decreto é um grande avanço, mas precisa ser colocado em prática para ser eficaz.

"O Brasil tem leis fantásticas na área de saúde, educação e agora essa que obriga a colocação de intérpretes em órgãos públicos. Porém, é importante que as leis sejam cumpridas. Não adianta estar no papel, a gente precisa ver na prática", afirmou.

A partir de denúncias e reclamações da população, o Ministério Público vai avaliar se as instituições se adequaram corretamente ao Decreto e aplicar possíveis penalidades que devem ser decididas de acordo com cada reclamação.

Intérprete de Libras no sistema de ensino: inclusão de pessoas surdas

Um importante passo foi dado rumo a inclusão social das pessoas com deficiência auditiva: a publicação do decreto nº 5626, que regulamenta a lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Segundo o decreto, a Libras deverá ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o



exercício do Magistério, em todos os níveis, e nos cursos de Fonoaudiologia de instituições de ensino públicas e privadas e nos sistemas federal, estadual e municipal de ensino.

A regulamentação do decreto significa que as instituições de ensino, da educação básica ao ensino superior, deverão, desde agora, proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. Para as pessoas surdas, que apresentam dificuldades na alfabetização, comunicação e formação educacional, o decreto pode representar o início de um novo tempo, marcado pela maior facilidade e abrangência no entendimento e no aprendizado.

Para o diretor regional da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos de São Paulo (Feneis), Neivaldo Augusto Zovico, que também é conselheiro do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência (Ceappd), o decreto foi uma batalha coletiva das pessoas surdas e das organizações representativas. Ele destaca a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação do professor, tradutor e intérprete de Libras, como os principais pontos constantes no decreto.

"Sabemos que, ao passar do tempo, vão aparecer falhas, como também o processo de apresenta diferente na prática, mas foi um ganho muito grande para comunidade surda ter a Libras reconhecida pela regulamentação do decreto, mas só será cumprido se também participarmos do processo, já que hoje não temos todas universidades prontas para executar o que estabelece o decreto", afirma. A presença obrigatória da língua no sistema de ensino é, para Neivaldo, um direito adquirido com muita luta e articulação política. "A Feneis esteve presente durante todo o processo. Nada foi tão fácil assim para os surdos que já frequentaram a escola sem a presença do intérprete", declara. Além da Libras, o diretor da Feneis enfatiza que também será respeitado o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, como um fator muito importante. Segundo o decreto, na educação básica, o idioma oficial brasileiro, a Língua Portuguesa deverá ser ofertada aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, "preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, resguardado o direito de opção da família ou do próprio aluno por essa modalidade".



A formação do tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa será efetivada por meio de curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras/Língua Portuguesa, conforme o decreto. "O intérprete deverá ter competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva para os alunos surdos que estarão em ambiente escolar", explica Neivaldo. Por meio do intérprete, o surdo passa a ter acesso a uma gama maior de eventos (congressos, palestras, debates, etc.) até então sem sentido, na ausência do intérprete. Para ele, o intérprete é o canal que interliga dois "mundos diferentes": o da pessoa surda ao da ouvinte, descortinando a realidade da comunidade e seus anseios e desejos, com efetiva troca de experiência.

Para regulamentar os cursos de Proficiência em Libras e Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras-Língua Portuguesa, o Ministério da Educação e Cultura instituiu a Portaria nº 339, de 31 de janeiro de 2006. Os certificados serão concedidos, anualmente, aos candidatos aprovados em exames de proficiência, que serão realizados por instituições a serem credenciadas pelo próprio MEC. Os profissionais serão certificados em nível médio e superior em Língua de Sinais Brasileira - Libras e Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

As instituições de educação superior que oferecem cursos de Fonoaudiologia ou de formação de professores, deverão incluir Libras como disciplina curricular, obedecendo o seguinte cronograma e proporções:

A OPÇÃO ESCOLAR

Cursar uma escola especializada, ou encaminhar-se para uma de ensino regular? Esta é uma das escolhas que o adolescente surdo precisa fazer.

As escolas de educação básica de nível médio especializadas no atendimento ao surdo são exceções regionais (existem, por exemplo, no Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro e em São Paulo), constituindo experiências isoladas.

Ainda está cristalizada a crença de que o surdo necessita de uma sólida base escolar e comunicativa na Educação Fundamental, para poder se integrar na escola comum de Ensino Médio. Porém, do ponto de vista da individualidade, essa não é a única



possibilidade para todos. Acreditamos que cada sujeito se desenvolve a partir de seus recursos pessoais e das oportunidades que o ambiente lhe oferece.

Tal como a maioria da população brasileira, uma parcela significativa de surdos não consegue concluir o Ensino Fundamental e Médio. Outros iniciam o Ensino Médio e logo desistem, alegando dificuldades em manter um curso pago, dificuldade em dominar algumas matérias, necessidade de trabalhar e incompatibilidade do horário escolar com o trabalho.

Todos esses obstáculos são também enfrentados pelos ouvintes. O jovem surdo precisa combater o desânimo que se manifesta diante das primeiras dificuldades. Por meio de esforço e motivação pessoal, ele pode atingir maiores níveis escolares (médio e superior), um fator decisivo para seu futuro, uma vez que a escolaridade é cada vez mais uma exigência importante do mercado de trabalho.

As vivências de inclusão, com o aluno surdo frequentando classes que contam com a orientação de profissionais especializados, mostram avanços nos estudos do Ensino Médio e do Superior. Espera-se com isso que o jovem possa obter maiores chances de qualificação profissional e, conseqüentemente, consiga desempenhar uma ocupação mais eficiente e produtiva.

VIDA PESSOAL

Mesmo com diferentes níveis escolares e profissionais, a pessoa com surdez precisa ter uma leitura de vida que lhe permita acompanhar as mudanças rápidas no mercado de trabalho e no mundo a sua volta.

Reconhecer as possibilidades pessoais e acompanhar o ritmo das mudanças tecnológicas envolve o conhecimento das coordenadas que afetam a vida de cada um no lazer, na escolaridade, no trabalho, nas relações sociais e na vida em sociedade em geral.

Os tabus, valores morais e ‘leis’ do meio social e cultural em que o adolescente – surdo ou não – vive definem suas atitudes, seus comportamentos e suas curiosidades em relação a seu amadurecimento e à vida adulta. As questões mais sérias dizem respeito, particularmente, à sexualidade (mudanças físicas e emocionais, vida sexual, escolha do parceiro etc.).



A capacidade de comunicação (oral ou por sinais) do adolescente surdo é a condição fundamental para que ele se desenvolva de maneira mais segura, de acordo com os demais jovens de seu grupo, ouvintes ou não.

Com relação à vida afetiva, é frequente que os jovens com surdez estabeleçam laços amorosos dentro da própria comunidade em que vivem, ou seja, é grande a quantidade de surdos que namora entre si. No entanto, a proporção dos namoros entre surdos e ouvintes vem aumentando. Será reflexo de uma integração maior na sociedade?

É possível, mas é provável que isso se deva também à ampliação da informação a respeito das pessoas com surdez, graças aos esforços empreendidos no sentido de integrar os surdos e desenvolver sua socialização com as pessoas ouvintes. Em consequência, tem sido maior a abertura para sua participação, nos diferentes segmentos sociais, em atividades religiosas, esportivas, recreativas, escolares e profissionais.

O surdo não pode ficar esperando uma atitude paternalista e assistencialista para enfrentar as barreiras que surgem pela vida. É preciso encontrar recursos internos, educacionais e sociais que possibilitem uma atuação próxima à do ouvinte, mantendo o respeito a suas limitações auditivas.

As atitudes mais firmes que o surdo assume hoje, reivindicando seu espaço na sociedade, já começam a mostrar seus efeitos, como a criação de serviços de intérprete, os programas legendados, a maior oferta escolar, o aumento do emprego e, enfim, sua maior valorização como pessoa. É preciso que o surdo represente a sua própria comunidade, em primeiro lugar como agente e sujeito de transformação e de luta.

O SURDO ADULTO: O PASSADO E O FUTURO

Atualmente, devem ser rejeitadas as visões paternalistas e assistencialistas, bem como as limitadoras, que veem com restrições a competição do portador de deficiência no mercado de trabalho. Hoje em dia, esses profissionais ocupam cada vez mais seus espaços sociais em situação equivalente à dos demais cidadãos.

Essa nova realidade depende de um compromisso social, que precisa ser assumido não só pela pessoa com deficiência, mas também por sua família e sua comunidade, pelas



entidades educacionais, pelas empresas públicas e privadas e pela sociedade civil como um todo.

É preciso olhar para o surdo como uma pessoa capaz, repleta de possibilidades (e não apenas para sua surdez) e concebê-lo como um cidadão que pode produzir e deve ser aceito em todos os meios sociais: empresa, escola, cinema, clube etc.

As reivindicações atuais das pessoas com deficiência auditiva têm caráter de urgência, voltando-se para a valorização de suas potencialidades e para a garantia de seus direitos de cidadão, considerando que, por lei, todos os cidadãos são iguais entre si. Nesse movimento, estão obtendo um progressivo acesso a concursos públicos (Lei 8.112/90) e a empresas privadas de médio e grande porte (Lei 8.213/91).

Não há dúvida de que a comunicação é um aspecto essencial em todas as relações humanas. E a verdade é que raramente os surdos com perdas severas e profundas apresentam uma habilidade de comunicação – pela fala ou por escrito – semelhante à dos ouvintes. Mas o surdo pode utilizar outros recursos para estabelecer uma comunicação efetiva, além da linguagem verbal, como a leitura orofacial e o uso de sinais (ou gestos).

O Mercado de Trabalho

O desconhecimento das possibilidades profissionais das pessoas com alguma deficiência tem dificultado seu acesso ao mercado de trabalho. Por isso, é importante divulgar, junto aos diferentes segmentos sociais, dados atualizados e confiáveis a respeito da experiência profissional das pessoas com deficiência auditiva que participam do mercado de trabalho.

Estudos recentes junto a empresários paulistanos, revelam a avaliação positiva dos profissionais com deficiência. Eles dispensam tratamento especial, têm bom desempenho e realizam trabalho de qualidade, além de serem assíduos e demonstrarem estabilidade emocional.

A ampla divulgação dessas informações pode influir no aprimoramento dos processos educacionais e no desenvolvimento de novas propostas de reabilitação. Trata-se de uma ótima maneira de reduzir atos preconceituosos e discriminatórios por parte da população em geral.



Por outro lado, mesmo as empresas que se abrem à contratação do trabalhador com surdez questionam suas potencialidades, dando excessivo valor às dificuldades de comunicação (pela fala ou por gestos), sem levar tanto em conta a valorização de suas capacidades.

A exagerada preocupação com as restrições de comunicação dos surdos tem feito com que, com frequência, esse trabalhador deixe de ser aproveitado, apesar de sua evidente qualificação. É importante esclarecer que, embora muitos surdos apresentem linguagem oral pouco inteligível, essa fala diferente tende a ser compreendida com maior facilidade no convívio diário, diminuindo aos poucos o impacto decorrente dessa diferença.

Uma das restrições efetivas para o trabalho de pessoas com surdez pode ser o ruído excessivo no ambiente. Na verdade, esse ruído pode causar a perda dos resíduos auditivos, que são muito úteis para algumas pessoas com surdez, bem como ocasionar dor. Evidentemente, tais fatores dificultam a adaptação ao trabalho.

Além do ambiente ruidoso, há outras ocupações contraindicadas: as que exigem elaboração ou execução de textos com domínio extenso da língua portuguesa e as que dependem da audição para operar máquinas, ou para identificar ruídos que tragam risco de vida, como o de empilhadeiras.

Não se pode dizer que o trabalhador surdo tenha um maior potencial, ou seja, mais produtivo que os ouvintes em determinadas funções. Mas ele tampouco pode ser considerado menos capaz.

Cada indivíduo precisa ser visto como realmente é, como uma força de trabalho com potencial produtivo a ser desenvolvido. Na análise da adaptação e do desempenho do trabalhador se deve observar sua possibilidade de demonstrar seus interesses e habilidades e, principalmente, seu ajustamento à função que está exercendo, seja surdo ou não.

De modo geral, as pessoas com surdez têm procurado se preparar melhor para atender às exigências do mercado de trabalho, no que se refere à escolaridade, avançando em seus estudos e se empenhando em concluir cursos do Ensino Médio e do Superior.

A procura de cursos ligados a Processamento de Dados é acentuada, pois muitos surdos costumam encontrar trabalho nessa área: digitação, operação de computador, serviços auxiliares de administração e contabilidade.



Entre os que já ocupam essas funções, muitos buscam ascender profissionalmente cursando faculdades que oferecem habilitações em Tecnologia de Processamento de Dados e Análise de Sistemas.

Mas o estudante com surdez enfrenta várias barreiras para ingressar no Ensino Superior. Além das que são comuns a todos os jovens que fazem vestibular, existem aquelas que são impostas ao surdo ao longo de seu percurso educacional, influenciando o desenvolvimento de sua fala e de sua escrita.

Ações como as propostas pelo MEC (Aviso Circular 277/96) vêm buscando maior igualdade de oportunidades para eles no Ensino Superior, com o uso de intérpretes de sinais e maior flexibilidade na avaliação das redações dos estudantes com surdez.

São raros os universitários surdos formados em engenharia, biblioteconomia ou química. Os que cursaram a faculdade de pedagogia esperaram por longo tempo uma oportunidade – e apenas recentemente conseguiram se colocar, em escolas especializadas.

Essa conquista resulta da valorização do surdo como profissional e do fato de as escolas especializadas estarem adotando a língua de sinais nas abordagens educacionais, abrindo o campo do ensino de crianças surdas.

As inúmeras barreiras impostas pela sociedade desestimulam a participação do surdo no mercado de trabalho. Sabendo das dificuldades de competir em igualdade de condições, ele se sente discriminado, diferente e diminuído diante do ouvinte, desacreditando de seu futuro profissional.

É importante que fique claro para a sociedade e, particularmente para as empresas: será que as restrições impostas ao candidato surdo se devem ao fato de ele não atender ao perfil exigido pelo cargo, ou elas resultam apenas do desconhecimento das reais limitações criadas pela surdez?

Mesmo o surdo que já venceu o obstáculo do acesso à vaga e da manutenção do emprego não vê grandes chances de ascensão profissional. Isso acontece porque, em geral, as empresas não sabem que podem contar com a assessoria de entidades especializadas, ou de intérpretes da língua de sinais, para facilitar a participação do surdo em cursos de treinamento, atualização e reciclagem profissional, dentro da própria empresa.



Muitos dos profissionais surdos apontam o trabalho como fonte de realização, satisfeitos por terem tido uma chance de mostrar sua capacidade de trabalho, por terem muitos amigos na empresa e gostarem do ambiente de convívio. Assim, eles podem se sentir realizados profissionalmente, demonstrando que alguns trabalhos independem da comunicação oral. Para muitos outros predomina o descontentamento trazido pelos baixos salários, pela realização de tarefas incompatíveis com seus interesses, pela sensação de poder produzir melhor em outras ocupações e também pelas dificuldades de ascensão profissional.

A interação social oferecida à pessoa com surdez no ambiente de trabalho propicia a ampliação de seu núcleo de relações, graças ao convívio com colegas ouvintes, bem como com seus familiares e amigos. A participação em atividades esportivas e de lazer dentro da empresa é outro fator que fortalece a integração.

O resultado da inclusão da pessoa com surdez em comunidades variadas se reflete nos casamentos com colegas de trabalho ou da escola. Outro exemplo dessa aproximação é a ocorrência de casamentos entre professores e pessoas surdas.

Integração Crescente

Embora os casamentos entre surdos e ouvintes venham aumentando significativamente, em comparação com as gerações anteriores, ainda é comum encontrarmos surdos que namoram e se casam entre si.

O resultado disso é a alta proporção de pais surdos com filhos ouvintes, situações nas quais os filhos desempenham um papel fundamental. Desde pequenas, tais crianças se tornam intérpretes naturais de seus pais, convivendo naturalmente com ambas as línguas: a língua portuguesa e a língua de sinais.

É de grande valia seu papel na participação dos pais na sociedade; desde cedo, essas crianças se tornam mensageiras de recados e informantes para seus pais surdos, mantendo-os informados a respeito dos fatos importantes e dos acontecimentos do dia-a-dia.

Os aparelhos eletrônicos como o fax, ou o TTD (telefone com teclado numérico e alfabético, no qual as mensagens são digitadas, permitindo o diálogo entre as pessoas que o possuem) contribuem muito para facilitar as conversas a distância entre surdos, ou mesmo



entre surdos e ouvintes. Mas a colaboração dos filhos cujos pais são surdos continua a ser básica para a diminuição de barreiras na comunicação.

A cada dia, as pessoas surdas se mostram mais ativas, participando das mais diversas atividades: muitas frequentam clubes, principalmente os esportivos, ou são membros atuantes de associações de surdos e de grupos religiosos. Tal como os outros jovens, os surdos também gostam de passear com amigos ou familiares, viajar, ir a cinemas e a festas.

O fato de não ficarem confinados em atividades segregadas, restringindo-se à família ou apenas a grupos de surdos (escolas e clubes) revela seu grande interesse em alcançar um melhor entrosamento social. O desenvolvimento das atividades escolares e, principalmente, a participação no mercado de trabalho, fazem do próprio surdo o grande divulgador das possibilidades do cidadão surdo nas mais diversas e qualificadas ocupações.

Sua eficiência e sua satisfação contribuem para diminuir os preconceitos e a discriminação, estimulando a maior absorção de mão-de-obra e ampliando o quadro que os representa no mercado de trabalho.

O Decreto-Lei no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, dispendo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência, compreende um conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência.

UM ENSINO AINDA DISTANTE DA INCLUSÃO

ENTREVISTA:

21/4/2006 - Sinéia Coelho - Folha Dirigida – Brasil

Acompanhar a explanação do professor, anotar os tópicos importantes e os exercícios durante as aulas requer muita atenção dos estudantes para não perderem o conteúdo. Quando se fala em alunos surdos, a atenção, mesmo ‘redobrada’, não é suficiente para acompanhar as aulas, pois as instituições de ensino não oferecem intérpretes.



Com isso, o assunto chega fragmentado para os estudantes surdos, considerando que a leitura labial exige que o interlocutor fale olhando na direção do receptor, significando que o menor movimento que o professor faça o aluno perderá a explicação.

Milton Bezerra Filho, primeiro surdo graduado em Pedagogia Especial na Bahia, explica que essas dificuldades são as principais causas da evasão escolar entre os surdos e o que mais os exclui do convívio social e do mercado de trabalho. Ele estudou o primário, como era chamado o atual ensino fundamental, em escola especializada, mas depois frequentou escolas regulares até concluir o ensino médio. Depois de 20 anos, Milton retornou à escola para realizar seu sonho - fazer um curso superior-, e encontrou a educação com praticamente os mesmos problemas de outrora.

Constatou que poucas são as instituições que oferecem intérprete e uma didática que atenda as necessidades dos surdos. "O ensino é focado na oralidade e a Língua Brasileira de Sinais (Libras) não é adotada no âmbito da escola regular". De acordo com Milton, que presidiu o Centro de Surdos da Bahia (Cesba) por quatro anos, a falta de estrutura das escolas para atendê-los é visível.

Em entrevista ao jornal FOLHA DIRIGIDA, Milton conta como conseguiu se formar, seus maiores desafios educacionais e seus projetos para o futuro, que incluem lutas para que as novas gerações não fiquem alheias ao conhecimento como ainda hoje acontece com os surdos. De acordo com o último censo (2003), existem apenas 300 surdos matriculados em universidades brasileiras e cerca de 50 mil no ensino básico.

FOLHA DIRIGIDA – Qual a maior causa de evasão escolar entre os surdos?

Milton Bezerra - A dificuldade de comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos e a metodologia utilizada para o ensino da Língua Portuguesa é inadequada para os surdos.

FOLHA DIRIGIDA – Quais foram seus maiores desafios durante a educação básica (ensino fundamental e médio)?

Milton Bezerra - Meu maior desafio sempre foi romper a barreira da comunicação. É muito difícil se oralizar e, principalmente, aprender a Língua Portuguesa escrita, sobretudo naquela época onde a metodologia oralista era a predominante. Hoje, a Língua de Sinais Brasileira (língua das pessoas surdas) está mais difundida e ajuda muito a



comunidade surda, embora as instituições regulares de ensino não estão adequadas para receber o aluno com problemas de surdez.

FOLHA DIRIGIDA - Você voltou à sala de aula mais de 20 anos depois para cursar uma faculdade e encontrou os mesmos problemas?
Milton Bezerra – Sim. Ainda hoje as escolas não oferecem intérprete e o ensino é focado na oralidade.

FOLHA DIRIGIDA – Quais as maiores dificuldades enfrentadas por você durante faculdade?

Milton Bezerra - A falta de intérprete foi uma dificuldade muito grande, porque sem ele eu tinha que me esforçar o dobro dos meus colegas para entender o que estava acontecendo, ou mesmo entender o assunto que estava sendo discutido. O jeito era recorrer aos colegas e pegar os assuntos dados em sala de aula posteriormente.

FOLHA DIRIGIDA - Qual percepção a faculdade te deu em relação aos surdos, além das suas experiências próprias?

Milton Bezerra - A faculdade de Pedagogia em Educação Especial me ofereceu uma visão mais ampla do que é o trabalho em educação especial. Aprofundei meus conhecimentos sobre educação em surdez e fui me aprofundando através de grupos de estudo.

FOLHA DIRIGIDA - Relacione as necessidades mais relevantes das pessoas surdas.

Milton Bezerra - A maior necessidade da pessoa surda é o aprendizado da Língua de Sinais, que ainda não é aceita. Muitas famílias quando descobrem que seu filho é surdo acreditam que ensinar o surdo a falar é a primeira necessidade, mas não é. Aprender a língua de sinais é que vai ajudar o surdo a se desenvolver. Aprender a falar é importante, mas, o mais importante é a sociedade se conscientizar de que a primeira língua da pessoa surda é a Língua de Sinais. Através da pedagogia visual é que o surdo vai se alfabetizar.

FOLHA DIRIGIDA - Como está a preparação dos professores para atender o aluno especial?

Milton Bezerra - Está acontecendo, mas é necessário conscientizar a comunidade surda e ouvinte de suas necessidades e de seus direitos, que já são garantidos por lei.



FOLHA DIRIGIDA – O que é necessário para inserir as pessoas com problemas de surdez no mercado de trabalho?

Milton Bezerra – Educação. Este é o primeiro passo. Ainda são poucas as nossas oportunidades no mercado de trabalho e a falta de escolarização ajuda a aumentar essas taxas. Além disso, estas pessoas têm outras necessidades, a exemplo de atendimentos por fonoaudiólogo, mas que é de alto custo, pois não é um tratamento a curto prazo. No entanto, os serviços públicos não estão aptos a atender esta demanda da sociedade.

FOLHA DIRIGIDA – Qual sua opinião sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares?

Milton Bezerra – Acho que deve ser bem pensado, pois nem as escolas e nem os professores estão preparados, estão estruturados para receber estes alunos. Precisa de capacitar os professores para lidarem com estas pessoas, além de modificações estruturais nos estabelecimentos de ensino. Tem que se considerar que cada deficiência tem suas particularidades. Então deve ser feito com muito cuidado para que os alunos não acabem se desinteressando pelo ambiente escolar cada vez mais, pois são muitas as dificuldades a serem enfrentadas e se não houver ambiente propício e incentivo, o aluno acaba deixando a escola.

FOLHA DIRIGIDA – O que é preciso para que aconteça também a inclusão social dos portadores de necessidades especiais?

Milton Bezerra - É necessário preparar os profissionais. Por exemplo, médicos, policiais, meios de comunicação e, principalmente, os professores. A sociedade necessita entrar em contato com a língua das pessoas surdas, que é muito importante para a formação da identidade delas, enfim, nós temos que interagir com a comunidade a qual pertencemos. E isto se aplica a todos os tipos de deficiências.

FOLHA DIRIGIDA - Você estudou no curso de pedagogia especial, cujo objetivo é preparar as pessoas para lidar com os especiais. Estas faculdades estão aptas para receber os especiais?

Milton Bezerra - Ainda não. Eu não tive intérprete, consegui superar as barreiras com a ajuda dos colegas e dos professores, mas quando os solicitava individualmente. Espero que esta realidade mude. Inclusive, as instituições de ensino de todos os níveis têm



que colocar em prática a Lei nº 10.436/2002, que versa sobre as questões relacionadas aos surdos como oferecer intérpretes, a utilização da Libras.

FOLHA DIRIGIDA - Você é professor de Libras, quais as maiores dificuldades você percebe no aprendizado da língua?

Milton Bezerra - As pessoas que buscam os cursos querem aprender a Libras, mas encontram dificuldades para conviver com a comunidade surda local para treinar.

FOLHA DIRIGIDA – E quais são os seus projetos nesse sentido?

FOLHA DIRIGIDA - Em quanto tempo as escolas têm que estar estruturadas para colocar esta lei em prática e o que é necessário para que isso ocorra?

Milton Bezerra – Dez anos. É preciso que nós, surdos, e as pessoas ligadas a educação da pessoa surda não desista da luta pela educação de qualidade o que inclui nossos direitos.

Milton Bezerra - Eu estou trabalhando no sentido de levar para as faculdades a ementa da disciplina de Libras para ela seja ensinada nas instituições, sobretudo nos cursos de formação de professores, como estabelece a Lei. Também faço parte do Gesba (Grupo de Estudos Surdos da Bahia), que fica no CAS/ Wilson Lins. Lá temos alguns projetos e discutimos as possibilidades de contribuirmos para a implementação da Lei, além de dar aulas de Libras.

FOLHA DIRIGIDA - O que é a Língua Brasileira de Sinais?

Milton Bezerra – A denominação do Ministério da Educação para Língua Brasileira de Sinais – Libras, é a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. A Lei estabelece que esta Língua seja inserida na grade curricular dos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

FOLHA DIRIGIDA - Há uma interpretação errônea na sociedade associando sempre o surdo à mudez, criando, inclusive, o termo surdo-mudo. Você pode esclarecer essa questão?

Milton Bezerra – Aqui vou colocar uma explicação técnica, que não é de minha autoria, só para ficar bem claro para o público, pois é uma questão sempre divulgada erradamente, inclusive pelos meios de comunicação. Vou reproduzir na íntegra. "Há muitos



graus de perda auditiva. Surdos são aqueles que usam a língua de sinais para se comunicar e deficientes auditivos aqueles que com uma prótese podem reconhecer, pelo som, as palavras. Os surdos são pessoas que utilizam a comunicação espaço-visual como principal meio de conhecer o mundo em substituição à audição e à fala. A maioria das pessoas surdas no contato com outros surdos, desenvolve a Língua de Sinais. Já outros, por viverem isolados ou em locais onde não existe uma comunidade surda, apenas se comunicam por gestos. O termo surdo-mudo é a incorreta denominação atribuída ao surdo e, infelizmente, ainda utilizada em certas áreas. O fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. A mudez é uma outra deficiência, totalmente desagregada à surdez. São minorias os surdos que também são mudos. Fato é a total possibilidade de um surdo falar, através de exercícios fonoaudiológicos, aos quais chamamos de surdos oralizados. Também é possível um surdo nunca ter falado, sem que seja mudo, mas apenas por falta de exercício. Por isso, o surdo só será também mudo se, e somente se, for constatada clinicamente deficiência na sua oralização, impedindo-o de emitir sons. Fora isto, é um erro chamá-los de surdo-mudo. Em resumo: surdez é a dificuldade parcial ou total no que se refere à audição e mudo é um problema ligado à voz".

Estudo de Caso

Este trabalho é resultado de um estudo de observação na FUNDACENTRO - MG, órgão do Ministério do Trabalho e Emprego, quando da contratação de dois digitadores surdos e as alterações tanto na ergonomia do ambiente de trabalho quanto na forma de interação psicossocial.

Foi conduzido por pessoa envolvida na integração dos digitadores surdos-mudos e na comunicação com eles, bem como na orientação de suas atividades.

A entrada dos digitadores foi muito impactante para todos os funcionários da FUNDACENTRO, houve diversas modificações no ambiente de trabalho, bem como nas relações interpessoais. Agora é preciso mais calma para comunicar-lhes o que é preciso fazer, sinalizações estão dispostas em locais estratégicos, etc.

Mas isso não quer dizer que não existam pessoas que não se comuniquem com os digitadores; às vezes por puro receio, às vezes por pura vergonha, má vontade, ou mesmo preconceito.



Objetivos

Pretendo mostrar que, apesar das diferentes maneiras as pessoas com deficiências têm uma noção cognitiva diferente da que estamos acostumados – e nem por isso todos reconhecem o mundo e suas sensações da mesma maneira.

Essas pessoas podem ser integradas nos ambientes de trabalho, pois uma variação anatômica ou disfunção de alguma parte corporal não os impossibilita de utilizar as partes que ainda estão ativas.

Apesar de o enfoque maior estar na experiência dos digitadores, foram propostas também algumas adaptações simples nas estruturas físicas dos locais de trabalho e algumas orientações no sentido de direcionar as pessoas a uma convivência harmoniosa e não-preconceituosa com os fisicamente incapazes.

Deve-se ainda atentar para o fato de que um ambiente de trabalho ligeiramente adaptado pode servir para um trabalhador antes inapto poder trabalhar.

Metodologia

A metodologia empregada foi, em primeira instância, a interação com as psicólogas da entidade de origem dos digitadores Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) através da psicóloga A. M. L., para saber como se processam as relações cognitivas do mundo da pessoa surda e o aprendizado da língua de sinais.

Após a primeira adaptação, o serviço de digitação foi ensinado a eles, utilizando-se a linguagem de sinais. A observação dos hábitos, dos problemas que tiveram e outras conversas com as psicólogas levaram ao conhecimento do mundo dessas pessoas.

Os processos de pensamento foram observados em diversas situações, como pressão para cumprimento de prazos, trabalhos sem definição de tempo, trabalhos com prazos definidos, etc.

Resultados

Os processos cognitivos das pessoas surdas são realmente diferentes e podem ser sintetizadas nas seguintes características observadas e posteriormente confirmadas com as psicólogas da FENEIS:



- Suas formas-pensamento são muito mais simbólicas do que palavras: nós pensamos em palavras, e eles pensam em símbolos e imagens. Têm muito mais poder de visualização de um evento que poderia acontecer ou que está sendo relatado a eles que leva ao próximo tópico - sua estruturação da personalidade sofreu consequências por ser um ensino de mão única, sem direito à réplica por parte deles, em parte por não saberem como se fazer entender. Segundo Freud, a identificação é parte importante na estruturação da personalidade, mas como se identificar totalmente com pai e mãe, se lhes falta a comunicação? E como apreender valores culturais se não os percebem?
- Seus níveis de preocupação são muito mais elevados por não poderem perceber o mundo em sua totalidade. Não gostam de ver pessoas conversando sem saber o que se passa. Têm grande preocupação em agradar com o serviço e se magoam ou têm medo facilmente. Esse medo vem da facilidade de construção de imagens mentais de cenas que poderiam acontecer com eles, isto é, se alguém fala que ele poderia ser despedido por qualquer causa, ele já mentaliza imediatamente sua imagem de despedido, desesperado, à cata de emprego e sem comer. Geralmente, segundo a tipologia de C. Jung, são observados os tipos introvertidos, onde predominam as emoções geralmente fortes, com tendência perceptiva e subjetiva;
- Tarefas repetitivas são as que melhores se adaptam aos surdos. Seu raciocínio lógico, por ser um pouco abstrato e simbólico não é capaz de deduções muito complicadas - raciocínios que dependem de associações espaciais ou simbólicas são muito bem processados por eles;
- Eles não sabem Português - eles têm uma língua própria (que infelizmente têm seus dialetos e difere internacionalmente) e modos próprios de comunicar emoções. Aprendem o Português como segunda língua, e quase sempre sabem apenas o vocabulário básico, tendo muita dificuldade em conjugar verbos e concordar frases, às vezes desconhecendo palavras, mas as conhecem em sua língua própria;
- O impacto de ser deixado só com um surdo pela primeira vez é chocante - o fator preconceito nas pessoas as põe em pânico - foi observar que nas primeiras



semanas as pessoas evitavam estar sozinhas com os surdos com medo de ter de se comunicar com eles e não entender - 90% das pessoas observadas praticamente fugiam de estar a sós com eles. Menos de 10% das pessoas da casa se dispuseram a aprender a LIBRAS (Língua Sinais Brasileira) para melhor se comunicarem com eles - a grande maioria aprendeu apenas alguns símbolos, mas isso depois de muito tempo de convivência;

- Aspectos positivos foram conseguidos com a entrada dos digitadores surdos: sinalizações nas portas para serem abertas devagar (porque eles não escutam as pessoas se aproximando), símbolos nos sanitários, símbolos nas garrafas de café, aumentou o nível de tolerância das pessoas em relação às falhas intrínsecas dos mesmos e o preconceito inicial foi lentamente desaparecendo, restando apenas alguns focos isolados.

Quanto às situações em que foram colocados os digitadores, diversas reações puderam ser observadas:

- Em relação a situações de pressão, o rendimento deles cai muito, gerado pela ansiedade de cumprimento de prazos, o que os faz errar muito;
- Em relação à postura laissez-faire, eles se sentem muitas vezes incomodados, por não estarem produzindo;
- O mesmo ocorre em trabalhos em que um prazo não é definido; isso lhes dá a impressão de estar fazendo algo sem utilidade, apenas por fazer;
- Em vista de trabalhos que fariam parte de outros trabalhos, como a digitação de um texto, eles ficam muito satisfeitos em estar participando de um trabalho maior;
- Textos manuscritos são de grande dificuldade para eles, assim como Xerox borrados. Nem todos eles falam Português; apenas conhecem algumas palavras da língua. Somado à pressão psicológica em termos de prazo, isso afeta de sobremaneira seu rendimento. Muitas vezes "ri" se torna "n", "e" se torna "o", e assim por diante. Nossos processos de leitura e cognição muitas vezes percebem o texto adivinhando o que virá em sequência na frase: eles não possuem previsibilidade;



- Mesmo que seu mundo seja isolado do nosso, eles percebem os fatos à sua volta com incrível precisão, e têm um alto nível de paranoia: se vêem que todos estão nervosos ou em conflito e não sabem por quê, automaticamente entram em pânico, exacerbando o sentimento geral; entram em conflito silencioso dentro de si mesmos.

Conclusão desse estudo de Caso

Não só surdos-mudos, que foram objeto dessa observação, como também qualquer pessoa com deficiência física congênita ou adquirida, mas que tenha seu intelecto funcional, devem ser respeitados como um trabalhador que pode produzir, e devem ser disponibilizados postos de trabalhos para todas essas pessoas.

Quer queira, quer não, as pessoas surdas constituem uma minoria, que luta tanto para obter o seu espaço e para manter a identidade própria quanto para se inter-relacionar com os grupos sociais, comuns da sociedade.

Isso assegura uma inserção social a esses indivíduos, que passam a se sentir muito mais confiantes, com melhoria da autoestima, muitas vezes eliminando quadros crônicos de depressão por inatividade forçada ou incapacidade de trabalhar.

As motivações para trabalhar são várias, mas entre as pessoas com algum tipo de deficiência, a satisfação de produzir é muito grande.

Basta a adaptação dos ambientes de trabalho para recebê-los, como rampas, sinalizações, ajuda mútua, e essas pessoas se sentirão cada vez melhores e mais capazes.

A inclusão das pessoas com alguma deficiência no mercado de trabalho faz bem não apenas a eles, mas também ao mercado de trabalho, que pode contar com mentes privilegiadas, que não possuíam acesso ao mercado devido a suas limitações.

Veja o caso de Steven Hawking, o físico de Cambridge, que hoje é um dos maiores físicos e astrônomos da humanidade, e somente se movimenta em uma cadeira de rodas, possuindo apenas o movimento de apertar um botão em um dos dedos. Ele continua inserido e respeitado no meio acadêmico, mesmo após a manifestação de uma deficiência que o deixa paralisado cada vez mais. No entanto, suas funções cerebrais estão mais ativas



que nunca (Hawking, 1997). Se tivéssemos preconceitos contra um ser humano como ele, não teríamos as pérolas que ele escreveu.

Num mundo onde a diversidade humana é uma realidade, as pessoas auditivas nos ensinam que deficientes são aqueles que não têm condições de aceitá-los sem preconceitos e de se adaptarem às suas formas de comunicação e de viver.

Para refletir: Uma lição de Vida:

Site: [www.tecnocientista.info/noticia de 28/04/2007](http://www.tecnocientista.info/noticia%20de%2028/04/2007)

Quando falamos de heróis, a imagem que vem mais fácil à cabeça é a de personagens fortes e garbosos, com esvoaçantes capas vermelhas e superpoderes. Mas hoje eu vou falar de um herói que não tem nenhuma dessas características, e talvez por isso valha mais do que todos os outros. O meu herói vive numa cadeira de rodas há quatro décadas, respira por um buraco em sua garganta, não fala e não consegue fazer nada sem a ajuda de enfermeiros. Diante dessas circunstâncias, mais fragilizantes do que as que são submetidas à imensa maioria da população mundial, Stephen Hawking (sofre de distrofia lateral) se ergue como um gigante, um representante do que pode haver de melhor no ser humano.

O físico britânico **voltou mais uma vez às manchetes** na última quinta-feira, ao realizar um voo parabólico de avião para experimentar a sensação de falta de gravidade.

Hawking não dá ponto sem nó. Sua viagem foi muito mais do que meramente um entretenimento caro para um corpo quase totalmente desfalecido. A passagem foi doada por um magnata inglês.

O que mais impressiona não é a mensagem que Hawking envia ao flutuar no ar, mas a que ele enviou durante muitos anos ao perambular pelo mundo em sua cadeira de rodas. Ele é a personificação do que o espírito humano é capaz quando há oportunidades, determinação e alegria de viver, a **DESPEITO DE QUAISQUER IMPEDIMENTOS**.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de. Deficiência Auditiva: como evitar e cuidar, S.P. Editora ateneu, 2001.
2. Godinho, Eloysa. Surdez e significado social. São Paulo, Cortez,1982.
3. MARQUES, Carla Verônica Machado. “Visualidade e Surdez: a revelação do pensamento plástico”, Revista Espaço. Rio de Janeiro, Inês, dezembro,1999.
4. MARTINEZ, M. A. ‘função auditiva e paralisia cerebral: processo terapêutico em linguagem e cognição; pontos de vista e abrangência. S.P. Pró-Fono, 2000.
5. OATES, Eugênio. Linguagem das mãos. S.P. 1990.
6. SASSAKI, Romeu kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA,1997.
7. JUSTO, Henrique. Você também é diferente: psicologia diferencial. Petrópolis: Vozes, 1997.
8. OMS. CID10: Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde. OMS. 1997
9. PETERSON, J. Dr. Comunicando com as mãos. Belo Horizonte: Batista, 1996. WILLIANS JR, R. et al. Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
10. EDLER CARVALHO, Rosita. *A nova LDB e a educação especial*. Rio de Janeiro, WVA, 1997.

